

Observatório das Metrôpoles nas Eleições

Um outro futuro é possível

BELO HORIZONTE



LETRAPITAL



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Observatório das Metrôpoles nas Eleições

Um outro futuro é possível
BELO HORIZONTE



LETRAPITAL



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



Copyright © Observatório das Metrôpoles, 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR: João Baptista Pinto

ORGANIZAÇÃO: Junia Ferrari, Junia Mortimer, Jupira Mendonça, Renato Fontes e Thiago Canettieri

ILUSTRAÇÃO DA CAPA: Gabriel Ponã

PROJETO GRÁFICO: Letra Capital Editora

EDITORIAÇÃO: Luiz Guimarães

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B39

Belo Horizonte [livro eletrônico] / Observatório das Metrôpoles ; [organização de Junia Ferrari... et al]. - Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2024.

10 MB ; PDF. (Coleção Caderno de Propostas : Observatório das Metrôpoles nas Eleições ; 4)

Formato: epdf

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-006-7 (recurso eletrônico)

1. Brasil - Regiões metropolitanas 2. Sociologia urbana 3. Planejamento urbano 4. Belo Horizonte (MG) I. Observatório das Metrôpoles II. Ferrari, Junia

24-3979

CDD 307.76

CDU 316.334.56

Angélica Ilacqua – Bibliotecária - CRB-8/7057

Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ

Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5º andar – Ilha do Fundão

Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ

☎ 55-21-971197857

observatoriodasmetrosoles.net.br/

LETRA CAPITAL EDITORA

Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781

www.letracapital.com.br

FICHA TÉCNICA

Comitê Gestor

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Adauto Lucio Cardoso

Juciano Martins Rodrigues

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Corrêa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento Miranda Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

Renato Bezerra Pequeno

Organização:

Junia Ferrari

Junia Mortimer

Jupira Mendonça

Renato Fontes

Thiago Canettieri

Apoio técnico:

Karoline de Souza

Thais Velasco

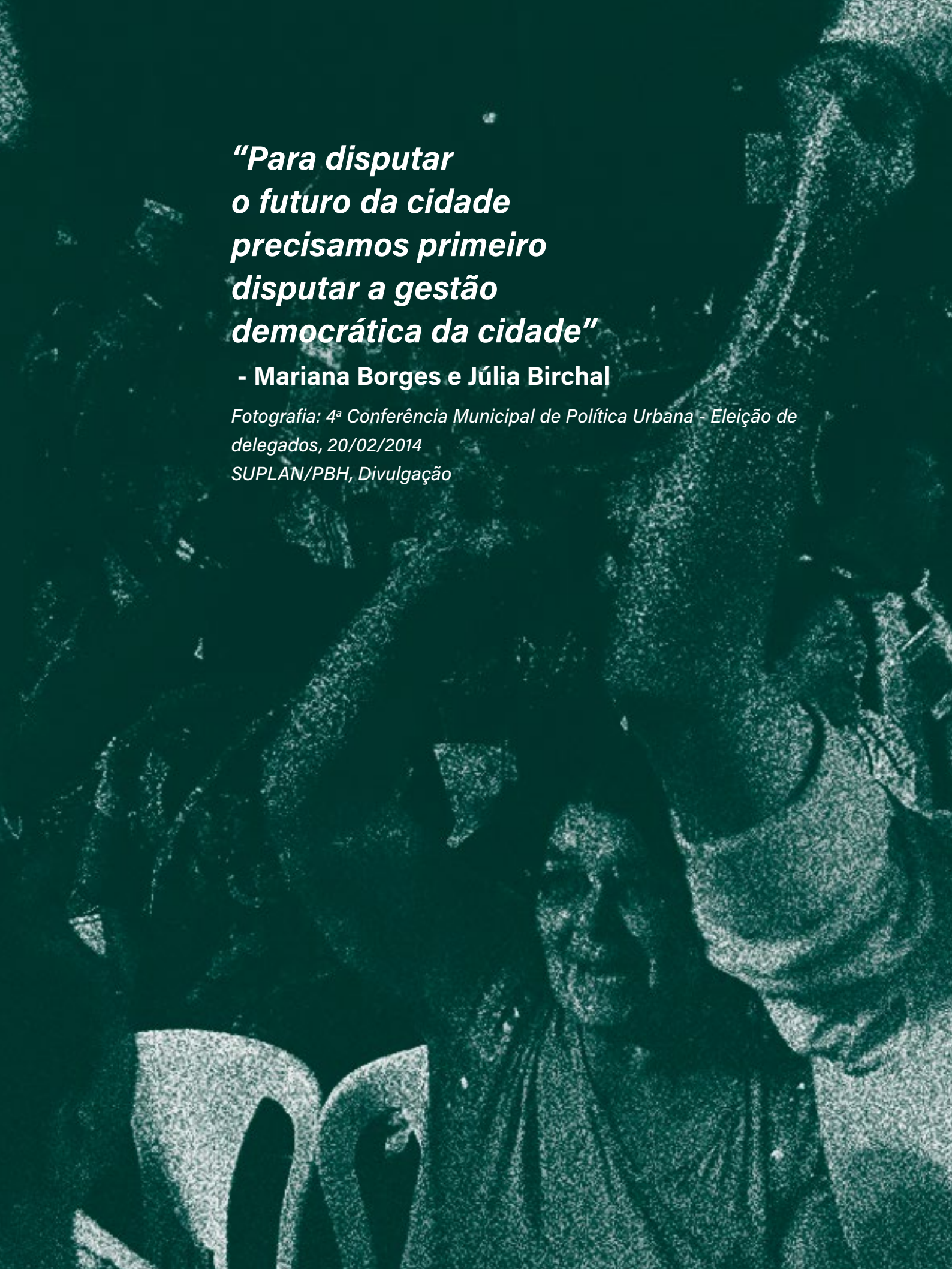
Tuanni Borba

Matheus Tanajura

Flora Tavares

Zara Rodrigues

Iara Pezzuti



***“Para disputar
o futuro da cidade
precisamos primeiro
disputar a gestão
democrática da cidade”***

- Mariana Borges e Júlia Birchal

Fotografia: 4ª Conferência Municipal de Política Urbana - Eleição de delegados, 20/02/2014

SUPLAN/PBH, Divulgação



12 **PREFÁCIO**
POR QUE (E COMO) PENSAR O FUTURO?
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

16 **APRESENTAÇÃO**
Os organizadores

21 **EIXO SEGREGAÇÃO URBANA E DESIGUALDADES**
POR QUE A SEGREGAÇÃO AUMENTA A DESIGUALDADE?22
Jupira Mendonça
Luciana Andrade

SITUAÇÃO FISCAL DE BELO HORIZONTE APRESENTA DÉFICIT E MENOS INVESTIMENTOS26
João Vitor Rodrigues
Henrique Porto

31 **EIXO GOVERNANÇA METROPOLITANA**
COMO ANDA A GESTÃO METROPOLITANA NA RMBH?32
Jupira Mendonça

POR QUE O PLANO METROPOLITANO É IMPORTANTE?36
Jupira Mendonça
Rogério Palhares Zschaber de Araújo

QUEM GANHA E QUEM PERDE COM OS GRANDES PROJETOS URBANOS?40
Daniel Freitas

43 **EIXO GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**
DEMOCRACIA NA POLÍTICA URBANA DE BH ESTÁ AMEAÇADA.....44
Mariana Borges
Júlia Birchal

A CIDADE ESTÁ EM DISPUTA: em defesa de uma gestão democrática com participação popular.....48
Renato Fontes

PBH ANUNCIA RETOMADA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....52

Henrique Porto

João Vitor Rodrigues

Ana Isabel de Sá

**TRÊS APRENDIZADOS QUE AJUDAM A INTEGRAR
PLANEJAMENTO MUNICIPAL E METROPOLITANO.....**56

Daniel Freitas

59 EIXO ILEGALISMOS E SERVIÇOS URBANOS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: direito ou mercadoria?.....60

João Tonucci

**POLÍTICAS HABITACIONAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA
NAS PERIFERIAS DAS CIDADES BRASILEIRAS.....**64

Thiago Canettieri

**“BH NÃO É TÃO VIOLENTA QUANTO O RIO”: Qual o erro
da afirmação?**68

Juliana Luquez

73 EIXO MORADIA E POLÍTICA HABITACIONAL

**O QUE O CADÚNICO PODE NOS DIZER SOBRE O DÉFICIT
HABITACIONAL?**74

Carolina Ferreira

MINHA CASA, MINHA VIDA PARA ALUGUEL?.....78

Marina Sanders Paolinelli

**DE VAGALUMES E FORMIGAS: a potência lampejante,
coletiva e obstinada da Belo Horizonte ocupada**82

Clarissa Campos

MINHA CASA, MINHA VIDA NO CENTRO DE BH?86

Carina Castro

**ASSESSORIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:
um direito, várias necessidades.....**90

Marcela Silviano Brandão Lopes

93 EIXO MOBILIDADE URBANA E POLÍTICA DE TRANSPORTES

PASSE LIVRE: 1º passo para reinvenção do transporte público..... 94

André Veloso

O QUE OS “ACIDENTES” DE TRÂNSITO NOS CONTAM SOBRE O DIREITO À CIDADE.....98

Ana Marcela Ardila Pinto

Bárbara Abreu Matos

101 EIXO TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

O QUE PODEM OS MUNICÍPIOS DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA?..... 102

Natália Aguiar Mol

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

RECUPERAR AS ÁGUAS URBANAS EXIGE COMPARTILHAR SABERES E AÇÕES..... 106

Roberto E. dos Santos

Silke Kapp

BACIA DO ARRUDAS E FABRICAÇÃO DE DESASTRES CLIMÁTICOS..... 110

Letícia Clipes Garcia

A TRAMA VERDE E AZUL: do planejamento à vida cotidiana 114

Lina Formoso Ribeiro da Silva

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

117 EIXO SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE

RIO ABAIXO NÃO MORA O INIMIGO..... 118

Margarete Leta

Tiago Castelo Branco Lourenço

123 SOBRE OS/AS AUTORES/AS

127 LISTA DE SIGLAS

129 GLOSSÁRIO

PREFÁCIO

POR QUE (E COMO) PENSAR O FUTURO?

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Coordenador Nacional do INCT Observatório das Metrôpoles

Pesquisador 1A do CNPq

Pesquisador Emérito FAPERJ e Professor Colaborador da UENF

Professor Titular IPPUR/UFRJ

O INCT Observatório das Metrôpoles vem se empenhando, através de várias iniciativas nos campos da pesquisa, formação, extensão e difusão de conhecimentos, em suscitar a reflexão e o debate sobre o futuro da sociedade urbana brasileira. Algo tanto mais necessário diante da crise disruptiva que atravessamos e das mudanças estruturais e aceleradas da civilização capitalista. E tanto mais relevante, do ponto de vista acadêmico e político, tendo em vista que observamos uma espécie de “cancelamento” da discussão sobre os caminhos que possam orientar o debate social sobre o futuro do nosso país.

Há 40 anos, o debate sobre o futuro era muito comum no Brasil. As universidades se posicionavam, existiam visões ideológicas de direita e esquerda, publicavam-se relatórios e organizações não governamentais eram consultadas. Enfim, o debate sobre o futuro estava na ordem do dia, mas está muito ausente na atualidade.

Desde 2022, o INCT Observatório da Metrôpoles vem orientando seus pesquisadores e pesquisadoras na direção de mobilizar os conhecimentos e informações geradas em seu programa de trabalho com o intuito de transformá-los em subsídios ao debate em torno da construção de um outro projeto para as metrôpoles brasileiras. Um projeto que, mirando o futuro, materialize os princípios e objetivos reformistas e democráticos que emergiram na era progressista inaugurada com a Constituinte de 1988. Esse foi o caso, por exemplo, das publicações “Metrópole e pandemia: presente e futuro” (Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022) e “Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos” (Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022).

Decidimos dar continuidade a esse esforço, aproveitando o clima político das eleições de 2024, ao conceber e realizar o projeto “Observatório das Metrôpoles nas Eleições: um outro futuro é possível!”. Como resultado desse projeto, publicamos, em vários veículos da mídia corporativa, alternativa e de rede, aproximadamente 300 artigos. Artigos escritos em formato quase “jornalístico”, mas através dos quais divulgamos o nosso diagnóstico sobre as dimensões mais relevantes da questão urbana-metropolitana. Para tanto, levamos em consideração os seguintes temas: desigualdades sociais e segregação urbana; habitação; gestão democrática da cidade; mobilidade, saneamento; transição ecológica e ilegalismos. Tudo isso articulado, em nome da promoção de mecanismos de governança metropolitana.

A presente publicação reúne esse extenso e diversificado conjunto de textos, na forma de Cadernos de Propostas elaboradas pelas pesquisadoras e pesquisadores que integram os 18 Núcleos do INCT Observatório das Metrôpoles. A intenção é que a publicação e circulação desta coletânea possam subsidiar os debates eleitorais, influenciando os atores da sociedade e do sistema político engajados no compromisso de construir alternativas à aguda crise urbana que vivemos. Uma crise que ameaça a reprodução da vida biológica, social, individual e coletiva, como ficou tão

fortemente evidenciado nos mais recentes eventos do ciclo recorrente de desastres socioambientais que assolam as nossas cidades e metrôpoles.

Acreditamos que essa iniciativa ajuda a concretizar os objetivos de construção da Plataforma de Conhecimentos, Informações e Inovação para o desenvolvimento urbano que fundamenta nossa agenda de pesquisa e ação. Cumpre mencionar que, ao fazê-lo, inspiramo-nos em três importantes autores que se empenharam em refletir sobre as possíveis estratégias (cognitivas-éticas-políticas) de construção de um projeto de futuro alternativo, diante dos desafios e das mudanças disruptivas que marcaram, até agora, o século XXI.

Em primeiro lugar, recorremos a Immanuel Wallerstein, renomado sociólogo e cientista político, que propôs o conceito de *utopística*. Trata-se da proposta de um novo modelo de produção de conhecimentos sobre o “devir histórico”, capaz de ajudar na busca de alternativas diante da bifurcação e das turbulências do sistema mundial. A partir de uma perspectiva crítica, desafiando as noções convencionais de utopia como algo inalcançável e irrealizável, Wallerstein sugere que a *utopística* seja um exercício intelectual e prático, visando conceber e trabalhar em direção a futuros sociais e políticos alternativos. Ou seja, trata-se de estimular a “conexão entre ciência, ética e a política. Tem a ver com a produção de conhecimento que mobiliza simultaneamente a ciência e a busca pela verdade objetiva, a ética e o compromisso do conhecimento com os ideais da promoção do ‘bem’ e da ação política traduzida no uso do conhecimento para a realização terrestre dos nossos objetivos e não no plano da utopia” (Utopística ou as Decisões Históricas do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003, p. 10).

Em segundo lugar, mobilizamos os argumentos do livro “Como ser Anticapitalista no Século XXI” (São Paulo: Boitempo, 2019.), escrito pelo sociólogo e economista Erik Olin Wright. Nele, o autor propõe a reflexão estratégica sobre como transformar o capitalismo com “utopias reais”, que representariam visões de um futuro desejável, alcançáveis por meio de mudanças concretas e realizáveis na estrutura social e econômica. Ao contrário das utopias tradicionais, que, frequentemente, são vistas como idealizações inatingíveis, Wright defende a crítica ao capitalismo tornando centrais os conceitos de igualdade e justiça, democracia e liberdade, comunidade e solidariedade. Conceitos que permitiriam a conexão entre as noções abstratas com as quais trabalhamos no campo da pesquisa acadêmica e os saberes gerados nas experiências dos ativismos. Porém, ainda de acordo com o autor, não se trata de elaborar um “manifesto em abstrato”, mas, antes, de usar os conhecimentos e informações para dar voz e visibilidade às experiências e possibilidades alternativas nascidas das práticas de atores, movimentos, projetos políticos, mesmo comunidades, famílias e até indivíduos que procuram reagir às opressões, danos sociais, dominações e alienações impostos pelo capitalismo.

Por último, também nos inspira a proposição de Naomi Klein, em seu livro-manifesto “Não Basta Dizer Não. Resistir à Política de Choque e Conquistar o Mundo do Qual Precisamos (Rio de Janeiro: Bertrand, 2019). Para a autora, não basta apenas resistir, dizer “não”, à estratégica dos choques praticada pelas forças capitalistas, mas proclamar um “sim” inspirador, capaz de gerar confiança e suscitar a construção de um território de unificação das forças progressistas. Forças que o choque populista-direitista pretende dividir e, no limite, destruir. Para tanto, segundo Klein, duas tarefas precisam ser realizadas. Primeiro, a elaboração de uma sólida compreensão de como a “política do choque” funciona, paralisando as resistências e promovendo os interesses de quem ela serve. Essa compreensão é a maneira de sairmos, rapidamente, do estado de choque e começarmos a lutar. Segundo, e igualmente importante, temos que contar uma história diferente daquela que os “mentores do choque” estão promovendo, uma visão de mundo convincente o bastante para competir diretamente com a deles. Essa visão, baseada em valores progressistas, deve oferecer um caminho diferente, distante dos choques em série. Um caminho baseado na união, que vá além das fronteiras de raça, etnia, religião e gênero, um caminho, enfim, que se baseie na cura do planeta, em vez de provocar mais guerras desestabilizantes e aprofundar a crise socioecológica.

Acima de tudo, o caminho, ou melhor, os caminhos alternativos que justificam e orientam o pensar o futuro sugeridos por Klein, mas também por Wallerstein e Wright, apontam para a necessidade de aproveitarmos o momento eleitoral para oferecer àqueles que estão sofrendo pelas consequências da precariedade urbana uma plataforma de esperança, compreensão e ação para a conquista de uma vida tangivelmente melhor. Não afirmamos saber exatamente como tudo isso resultaria, efetivamente, em um “futuro alternativo”. Esta coleção contém a contribuição do INCT Observatório das Metrópoles para a compreensão dos desafios das nossas cidades para a construção de visões sobre o devir histórico. Seja como for, estamos convencidos de que um “outro futuro” só será possível se for gerado o conhecimento resultante de um processo genuinamente colaborativo. Uma colaboração entre ciência e ética, verdade e valores, pensar e fazer, saberes e práticas, capaz de colocar na liderança do processo histórico aqueles mais brutalizados e diretamente atingidos pelas mudanças radicais e disruptivas que as forças capitalistas estão promovendo no início do século XXI.

Que este Caderno de Propostas seja mais um passo no caminho desse outro futuro possível!

APRESENTAÇÃO

Os organizadores

O INCT Observatório das Metrôpoles, com o objetivo de contribuir e incidir na agenda pública eleitoral deste ano de 2024, iniciou em janeiro uma série de ações e publicações orientadas pelo projeto “AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano”. Como parte dessas ações, aproximadamente 240 artigos de opinião foram elaborados pelos pesquisadores e pesquisadoras que compõem os 18 Núcleos Regionais da Rede Observatório das Metrôpoles e disponibilizados ao público a partir de diversos veículos de mídia no Brasil.

Esses artigos circularam entre janeiro e julho de 2024 e, a cada mês, os 18 núcleos da rede produziram artigos, de forma coordenada, orientados por uma mesma temática que dialogasse com os princípios da reforma urbana e do direito à cidade. O objetivo era mobilizar o público em torno de um mesmo conteúdo de relevância nacional, mas abordado a partir das diversas perspectivas regionais e locais.

O Núcleo RMBH foi responsável pela publicação de 24 artigos, veiculados semanalmente nos jornais O Tempo e Brasil de Fato, que aceitaram o desafio de, conosco, promover um debate ampliado em torno de temas como Segregação Urbana e Desigualdades; Governança Metropolitana; Gestão Democrática e Participação Cidadã; Illegalismos e Serviços Urbanos; Moradia e Política Habitacional; Mobilidade Urbana e Política de Transportes; Transição Ecológica; e Saneamento Básico e Meio Ambiente.

Este Caderno de Propostas reúne os 24 artigos, escritos por 28 pesquisadores/as, que traduzem suas respectivas pesquisas em diferentes áreas para um formato jornalístico. Os artigos publicados de janeiro a julho de 2024 são acrescidos, nesta publicação, de um conteúdo propositivo ao debate publicado inicialmente nos jornais parceiros. Esperamos que as questões apresentadas possam contribuir na elaboração de políticas públicas, práticas sociais e reflexões para os candidatos que disputam as eleições municipais do Executivo e do Legislativo, bem como possam orientar os cidadãos e cidadãs metropolitanos na escolha de representantes cujos discursos estejam alinhados com essas pautas, que consideramos justas e necessárias.

A temática da *Segregação Urbana e Desigualdades* foi abordada no mês de janeiro a partir dos artigos *Por que a segregação aumenta a desigualdade?* das professoras e pesquisadoras Jupira Mendonça e Luciana Andrade; e *Situação fiscal de Belo Horizonte apresenta déficit e menos investimentos*, de autoria dos pesquisadores do núcleo RMBH João Vitor Rodrigues e Henrique Porto.

No mês de fevereiro, o tema da *Governança Metropolitana* orientou a elaboração dos artigos *Como anda a gestão metropolitana na RMBH?* da professora e pesquisadora Jupira Mendonça; *Por que o Plano Metropolitano é importante?* do professor e pesquisador Rogério Palhares, em parceria com a professora Jupira Mendonça; e *Quem ganha e quem perde com os grandes projetos urbanos?* do professor e pesquisador no núcleo RMBH Daniel Freitas.

O terceiro tema que orientou as publicações no mês de março foi *Gestão Democrática e Participação Cidadã*, discutido em quatro artigos produzidos por pesquisadores

e pesquisadoras da rede Observatório, núcleo RMBH - *Democracia na política urbana de BH está ameaçada*, autoria de Mariana Borges e Júlia Birchal; *A cidade está em disputa: em defesa de uma gestão democrática com participação popular*, de Renato Fontes; *PBH anuncia retomada do Orçamento Participativo*, de Henrique Porto, João Vitor Rodrigues e Ana Isabel de Sá; e *Três aprendizados que ajudam a integrar planejamento municipal e metropolitano*, de Daniel Freitas.

No mês de abril, as publicações trouxeram o tema *Ilegalismos e Serviços Urbanos*, discutido pelos professores e pesquisadores da rede João Tonucci, Thiago Canettieri e Juliana Luquez, autores, respectivamente, dos artigos *Regularização fundiária urbana: direito ou mercadoria?*; *Políticas habitacionais e de segurança pública nas periferias das cidades brasileiras*; *“BH não é tão violenta quanto o Rio”. Qual o erro da afirmação?*.

A temática relativa a *Moradia e Política Habitacional* foi a referência para as publicações do mês de maio, e reuniu o maior número de publicações. Contribuíram nessa discussão professoras, pesquisadoras e colaboradoras do Núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles com os seguintes artigos - *O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o déficit habitacional?* da pesquisadora Carolina Ferreira; *Minha Casa, Minha Vida para aluguel?* da pesquisadora Marina Sanders Paolinelli; *De vagalumes e formigas: a potência lampejante, coletiva e obstinada da Belo Horizonte ocupada*, da professora e pesquisadora Clarissa Campos; *Minha Casa, Minha Vida no centro de BH?* da pesquisadora Carina Castro; e *Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social: um direito, várias necessidades*, da professora e colaboradora Marcela Silvano Brandão Lopes.

Mobilidade Urbana e Política de Transportes foi o tema das publicações do mês de junho, e o Núcleo RMBH contribuiu com dois artigos - *Passe livre: 1º passo para reinvenção do transporte público*, do pesquisador André Veloso; e *O que os “acidentes” de trânsito nos contam sobre o direito à cidade*, da professora e pesquisadora Ana Marcela Ardila Pinto, em parceria com Bárbara Abreu Matos.

Ainda no mês de junho, mais quatro artigos foram veiculados nas mídias locais, agora em torno da temática da *Transição Ecológica*. As abordagens foram diversas e contaram com a participação de professoras, professores, pesquisadoras e colaboradoras da rede - *O que podem os municípios diante da crise climática?* dos professores e pesquisadores Natália Aguiar Mol e Rogério Palhares Zschaber de Araújo; *Recuperar as águas urbanas exige compartilhar saberes e ações*, dos professores e colaboradores Roberto E. dos Santos e Silke Kapp; *Bacia do Arrudas e fabricação de desastres climáticos*, da pesquisadora Letícia Clipes Garcia; e *A Trama Verde e Azul: do planejamento à vida cotidiana*, da pesquisadora Lina Formoso Ribeiro da Silva em coautoria com o professor e pesquisador Rogério Palhares Zschaber de Araújo.

Por fim, o ciclo de publicações dos artigos de opinião encerra, no mês de julho, com a temática do *Saneamento Básico e Meio Ambiente*, a partir da colaboração dos professores Margarete Leta e Tiago Castelo Branco Lourenço que apresentaram o artigo *Rio abaixo não mora o inimigo*.

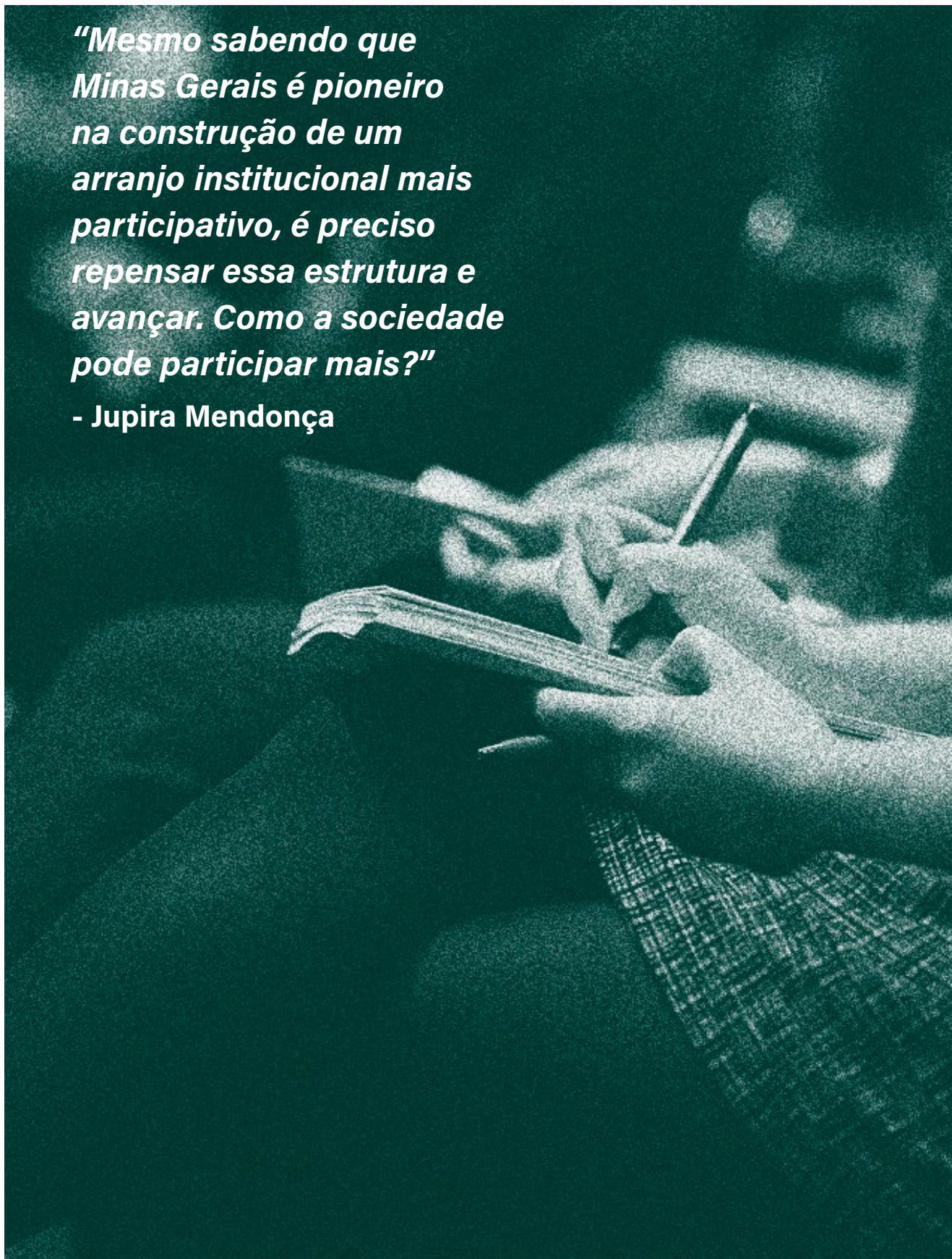
A pluralidade dos temas discutidos nesses artigos de opinião demonstra a complexidade da agenda política, que deve orientar os compromissos dos nossos futuros representantes do Executivo e Legislativo locais, bem como as pautas dos

movimentos sociais e da sociedade civil organizada na busca por cidades mais justas e menos desiguais.

Com mais essa iniciativa, a rede Observatório das Metrôpoles, aqui representada pelo Núcleo RMBH, agradece a contribuição de todas as autoras e autores que aceitaram participar desse esforço coletivo e espera afirmar seu compromisso “no sentido de difundir e transferir conhecimento e informações à sociedade e aos governos”, além de “contribuir para a construção de um outro futuro progressista, redistributivo e sustentável para as nossas cidades”, nas palavras do coordenador nacional da rede, Prof. Luiz César Ribeiro.

“Mesmo sabendo que Minas Gerais é pioneiro na construção de um arranjo institucional mais participativo, é preciso repensar essa estrutura e avançar. Como a sociedade pode participar mais?”

- Jupira Mendonça



EIXO
SEGREGAÇÃO URBANA
E DESIGUALDADES

POR QUE A SEGREGAÇÃO AUMENTA A DESIGUALDADE?

*Jupira Mendonça
Luciana Andrade*

O Brasil é conhecido por ocupar os primeiros lugares no ranking das desigualdades sociais. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), somos o 7º país mais desigual do mundo. Apesar de a desigualdade de renda ser a mais debatida, há vários outros tipos de desigualdades. Uma delas é a desigualdade espacial, medida pelo lugar de moradia das pessoas e conhecida como segregação socioespacial.

Em geral, as sociedades com elevados índices de desigualdade econômica e racial são também segregadas espacialmente, com os diferentes grupos sociais e raciais ocupando áreas distintas nas cidades ou mesmo dentro de um mesmo bairro. As pessoas, seja por escolha, seja por necessidade, acabam vivendo entre aqueles que são semelhantes a elas, distanciando-se dos outros grupos.

Essa desigualdade, vista cotidianamente, talvez seja uma das mais naturalizadas. O pensamento corrente é que as pessoas vivem em diferentes lugares segundo suas posses, e esta seria a ordem natural das coisas. Como se fosse algo que dissesse respeito apenas aos indivíduos e às famílias, e como se todos tivessem poder de decisão sobre a localização da sua moradia. Apesar de a Constituição Federal considerar a moradia um direito de todos, esse direito acaba sendo violado quando a terra urbana e a habitação se transformam em mercadorias.

Belo Horizonte, como Brasília, são cidades planejadas e muito segregadas. Dizer que nossas cidades têm muitos problemas porque não foram planejadas, não é uma verdade. Foram planejadas perpetuando a ordem da desigualdade.

Aqueles que têm o poder de planejar e construir a cidade têm feito dela uma fonte de lucros em benefício de alguns e com prejuízo da maioria.

E por que a segregação espacial aumenta a desigualdade? Justamente porque ela é resultado da criação de barreiras para o acesso à moradia de boa qualidade e bem localizada para a maior parte das pessoas. Morar afastado e distante dos postos de trabalho, das oportunidades educacionais e culturais diminui as chances dos mais pobres de ter maior escolaridade e melhores empregos, perpetuando um círculo vicioso que os mantém em lugares precarizados.

Quando direitos básicos como moradia, saúde, educação, trabalho, segurança e alimentação não são garantidos pelo Estado, o resultado será sempre a existência de sociedades desiguais.

Os tipos de desigualdade são muitos e não podem ser enfrentados apenas com uma única política pública. Assim como as desigualdades econômicas, raciais e de gênero demandam políticas específicas, as desigualdades espaciais também.

Quais seriam essas políticas? Primeiro, é preciso combater a visão de que a cidade é, por natureza, desigual, e que cada um tem, segundo as suas posses, direito a mais ou menos cidade. Segundo, é importante misturar mais os grupos sociais na cidade, fazendo-a menos segregada, seja em relação aos lugares de moradia, seja em relação aos espaços públicos, aos serviços educacionais, de saúde e de cultura.

Essa tarefa é de todos, de forma participativa, e também dos planejadores e governantes, que precisam usar dos instrumentos urbanísticos como os do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), entre

outros, para fazer com que os interesses privados sejam subordinados à **função social da cidade e da propriedade***.

Sem isso, a reprodução das desigualdades seguirá e mesmo se aprofundará.

Levar adiante essas propostas não significa frear o desenvolvimento. Significa sim, perguntar: Que tipo de desenvolvimento temos? Que cidade ele produz? A quem ele beneficia?

Para combater a segregação urbana e as desigualdades, precisamos transformar a maneira como enxergamos e planejamos nossas cidades. Como podemos atuar para promover uma cidade mais justa e inclusiva?

- Aguçar o olhar para enxergar a cidade e reconhecer que a segregação dos grupos sociais em determinados lugares é resultado da desigualdade socioeconômica.
- Implantar políticas públicas municipais e metropolitanas para propiciar acesso igualitário às oportunidades da cidade, como infra estrutura, equipamentos de saúde, de educação, cultura e trabalho.
- Implantar política urbana que possibilite o desenvolvimento de centralidades locais e regionais, para melhor atendimento de comércio e serviços às populações das diversas áreas da cidade.
- Usar os instrumentos urbanísticos da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, para estimular misturas de usos e de grupos sociais na cidade.
- Garantir a governança nos diversos níveis que resulte na subordinação da propriedade e da cidade à sua função social.



* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

SITUAÇÃO FISCAL DE BELO HORIZONTE APRESENTA DÉFICIT E MENOS INVESTIMENTOS

João Vitor Rodrigues

Henrique Porto

Nos últimos 10 anos, mesmo com um histórico de **superávits fiscais***, a prefeitura de Belo Horizonte reduziu a taxa de investimentos na cidade para menos da metade, o que pode ter contribuído para agravar os problemas urbanos. Para o ano de 2024, a situação é desafiadora, visto que a capital mineira deve registrar o primeiro déficit em 1 década, com um orçamento negativo em R\$ 180 milhões.

Belo Horizonte vem apresentando, nos últimos anos, uma sequência de resultados fiscais positivos. Entre 2013 e 2022, enquanto as despesas municipais cresceram cerca de R\$ 5,7 bilhões, as receitas correntes mais que dobraram, passando de R\$ 7 bilhões para R\$ 14,8 bilhões. Ajustadas pela inflação, as receitas correntes apresentaram um crescimento real de 20% no mesmo intervalo.

As **receitas tributárias*** da prefeitura, provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria, registraram um aumento de 35% em termos reais, enquanto as transferências correntes de outros órgãos ou entes federativos cresceram aproximadamente 15%. Esse panorama, de maior crescimento relativo das receitas tributárias frente às transferências, indica uma condição de fiscalidade positiva para Belo Horizonte, considerando que são justamente as receitas próprias que conferem maior autonomia ao município na distribuição de seus recursos.

Contradições e desafios

Ainda assim, isto não significou um incremento nos investimentos públicos para enfrentar os problemas da cidade. Apesar do aumento na dotação orçamentária destinada à saúde (8%) e educa-

ção (17%), houve um corte considerável na execução de investimentos. Em 2013, essa destinação representava 15% do total das receitas municipais, caindo para cerca de 6% em 2022.

Esses cortes, que foram persistentes ao longo dos anos, geraram impactos significativos na estrutura urbana da cidade, como será exemplificado a seguir.

O orçamento da área de habitação enfrentou reduções acentuadas, com uma queda de 70% quando comparamos a execução orçamentária do ano de 2013 com a do ano de 2022. Isso refletiu no aumento do contingente de famílias sem moradia própria, que cresceu de 50 mil para mais de 56 mil entre 2016 e 2019, segundo a Fundação João Pinheiro. No mesmo sentido, a população em situação de rua do município quase triplicou entre 2014 e 2022, ultrapassando 5 mil pessoas, de acordo com o Censo Pop Rua/ UFMG.

A área de urbanismo, na qual está inserida a infraestrutura urbana, encorrou uma redução de aproximadamente 35% nos gastos entre as execuções orçamentárias dos anos de 2013 e 2022.

A cidade tem enfrentado recorrentes desafios causados por chuvas, resultando em sérios transtornos à população, como enchentes e alagamentos. A diminuição dos recursos para a infraestrutura urbana revela uma falta de priorização nesse setor, que é crucial para o bem-estar da população.

Frente à projeção de déficit para 2024, a prefeitura planeja, segundo seu próprio projeto orçamentário, cortes em áreas e projetos sociais. Paralelamente, chama a atenção o considerável aumento nos subsídios destinados às empresas de ônibus, que saltaram de R\$ 240 milhões em 2022 para algo em torno de R\$ 400 milhões em 2023, com a mesma projeção de gastos mantida para 2024.

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

Mesmo justificando a folha de pagamentos como a principal responsável pelo desequilíbrio fiscal, a prefeitura projeta a contratação de 500 novos guardas municipais, levantando questionamentos sobre a coerência das estratégias diante do cenário econômico desafiador.

Por trás de discursos amparados na frieza dos números, estão sendo tomadas decisões políticas.

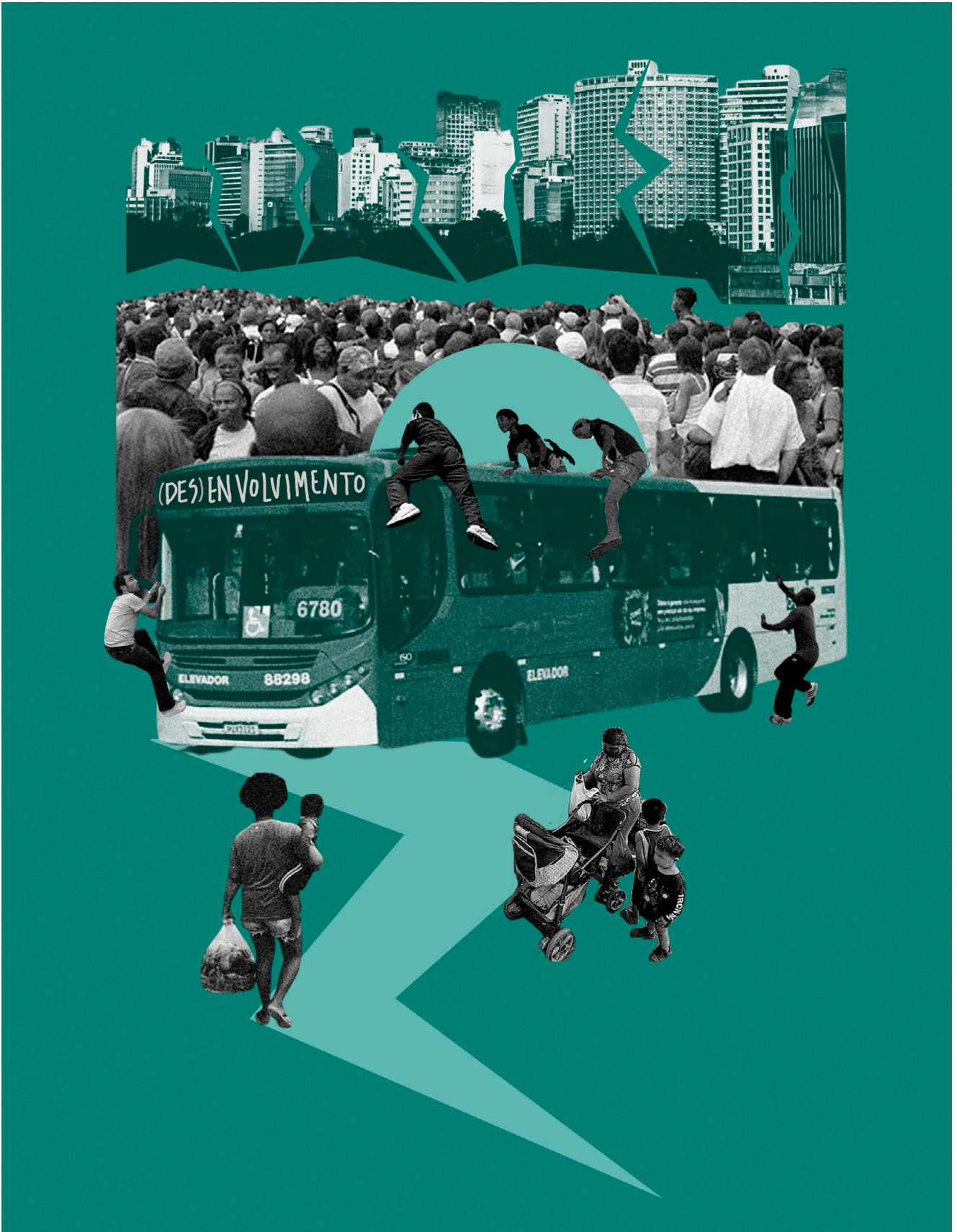
Os investimentos têm diminuído consideravelmente nos últimos anos em Belo Horizonte, mesmo com superávit. Isso tem causado muitas consequências sobre a qualidade de vida urbana no município.

É crucial uma análise mais aprofundada das escolhas da administração municipal para uma compreensão abrangente das condições fiscais atuais de Belo Horizonte.

Entre 2013 e 2022, as receitas correntes da Prefeitura de Belo Horizonte cresceram aproximadamente 20% em termos reais. No entanto, a dotação orçamentária destinada aos investimentos públicos caiu de 15% para 6% das receitas correntes no mesmo período. Esse declínio nos investimentos ocorre enquanto a cidade enfrenta desafios significativos na mobilidade urbana e na recorrência de enchentes e alagamentos, problemas que poderiam ser atenuados com um maior aporte em infraestrutura.

Face ao exposto, como podemos atuar para melhorar a situação fiscal e os investimentos públicos em Belo Horizonte?

- É essencial que o governo municipal retome os investimentos públicos para enfrentar esses desafios e melhorar a qualidade de vida urbana da população. Infelizmente, o cenário para os próximos anos não é promissor, tendo em vista que a prefeitura apresentou uma projeção de cortes nos investimentos públicos para 2024.
- É urgente que os investimentos em infraestrutura urbana sejam retomados, a fim de melhorar o bem-estar dos cidadãos de Belo Horizonte.



Autoria: Flora Tavares/Zara Rodrigues

EIXO
GOVERNANÇA
METROPOLITANA

COMO ANDA A GESTÃO METROPOLITANA NA RMBH?

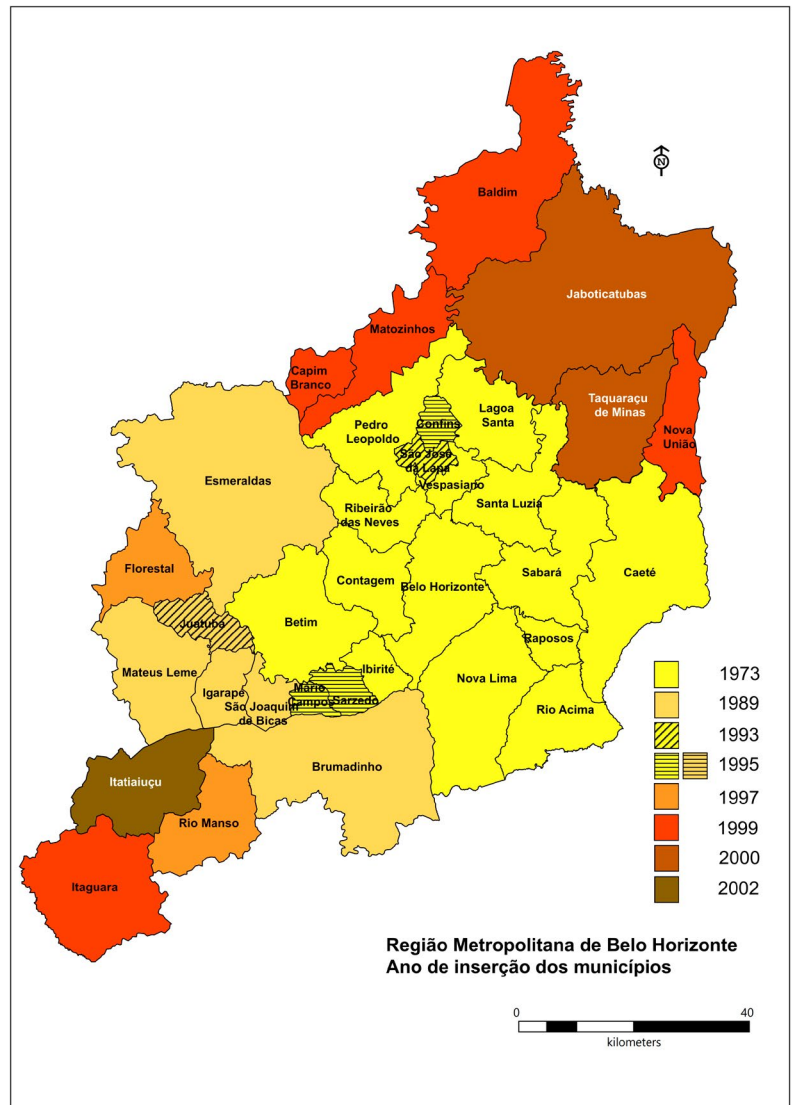
Jupira Mendonça

A gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte anda enfraquecida, tanto no que diz respeito à coordenação das ações do governo do estado no território metropolitano, como à participação dos cidadãos metropolitanos. Mas por que isso importa?

Uma região metropolitana é um conjunto de municípios que estão muito próximos entre si e à metrópole, e onde há grande complementaridade entre eles. Um cidadão metropolitano muitas vezes mora em um município, trabalha em outro e até estuda em um terceiro. Também caracteriza uma região metropolitana o fato de que os problemas são comuns a vários ou a todos os municípios: por exemplo, o esgoto de um município pode poluir as águas de outro, o lixo é levado para fora das fronteiras municipais, o transporte coletivo circula entre as cidades, servindo aos cidadãos metropolitanos. Para isto, são muito importantes o planejamento e a gestão compartilhados para resolver os problemas que são comuns. E os principais interessados são os cidadãos metropolitanos, que devem ser envolvidos ativamente no processo de planejamento e gestão.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte foi criada em 1973 com 14 municípios e, desde então, outros foram acrescentados. Hoje são 34. A forma de planejamento e gestão mudou muito desde então. Hoje, temos uma **Assembleia Metropolitana***, que reúne os prefeitos, o **Conselho Deliberativo***, que tem diversas representações, inclusive da sociedade civil, com dois representantes no total de 16 membros, e a **Agência de Desenvolvimento Metropolitano***, responsável pelo planejamento e gestão e que lidera o Conselho Deliberativo.

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação



Nos primeiros anos da agência, quando foram elaborados o **Plano Metropolitano e o Macrozoneamento***, o Conselho Deliberativo era um espaço de muita discussão e negociação. Havia em média 5 reuniões por ano, e as atas mostram os debates ali presentes. De alguns anos para cá, no entanto, diminuiu o número de reuniões anuais (2 em média) e as atas do Conselho mostram um enfraquecimento desta arena de discussões, com as agendas tomadas principalmente por informes sobre ações do governo do estado em relação à região metropolitana,

muitas delas conduzidas por outros órgãos do governo.

Apesar de os temas tratados no Conselho serem importantes, muitas vezes há poucos resultados concretos, o que mostra a fragilidade da estrutura na coordenação efetiva das políticas públicas implantadas pelo governo estadual na RMBH.

Mesmo sabendo que Minas Gerais é pioneiro na construção de um arranjo institucional mais participativo, é preciso repensar essa estrutura e avançar. Como a sociedade pode participar mais?

Por um lado, é preciso aumentar o número dos seus representantes. Por outro, o próprio Conselho pode criar outras instâncias de discussão dos problemas metropolitanos e suas soluções. Também os governos municipais devem ter inserção efetiva no planejamento metropolita-

no. Certamente deve ser do interesse de cada município compartilhar as formas de resolução de problemas comuns, organizando-se internamente para participar de uma construção coletiva. E chamando os seus cidadãos para participar desse processo.

Repensar as estruturas de planejamento e gestão da região metropolitana, de forma coletiva e participativa, é urgente.

Especialmente se quisermos mais qualidade de vida para todos os cidadãos sob os pontos de vista ambiental, na movimentação cotidiana, no usufruto dos espaços públicos, e de outras tantas oportunidades que a Região Metropolitana deve garantir aos seus cidadãos – de forma equitativa, superando as desigualdades sociais e as desigualdades entre os municípios.

Como podemos contribuir para melhorar a gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte e garantir uma metrópole mais integrada e participativa?

- Fortalecer a Agência de Desenvolvimento Metropolitano com a função de articular órgãos e políticas setoriais no território metropolitano.
- Criar distintos mecanismos de discussão pública dos problemas metropolitano e suas soluções.
- Aumentar a representatividade da sociedade civil no Conselho Deliberativo Metropolitano.
- Rever o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, de modo que tenha recursos para promover a gestão metropolitana participativa e a convergência dos municípios no compartilhamento do planejamento e na gestão dos problemas comuns.

POR QUE O PLANO METROPOLITANO É IMPORTANTE?

Jupira Mendonça

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

O planejamento urbano é essencial para orientar e acompanhar o desenvolvimento sustentável e inclusivo das cidades, mas também do campo, estimulando potencialidades, antecipando problemas e propondo soluções de forma coletiva. Por isso, deve ser permanente e contar com a participação dos cidadãos.

No caso do planejamento metropolitano, o foco são as questões comuns aos municípios, como habitação, transporte e saneamento, devendo envolver prefeituras, Câmaras Municipais e cidadãos. Em 2006, a região metropolitana de BH teve sua estrutura de planejamento e gestão reformulada, e, entre 2009 e 2011, o **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)*** foi desenvolvido.

Contratado pelo governo do Estado com recursos do **Fundo de Desenvolvimento Metropolitano***, foi coordenado pela UFMG, com participação da Uemg e da PUC Minas, o Plano Diretor envolveu grande número de professores, estudantes e pesquisadores, agentes públicos e representantes da sociedade civil dos 34 municípios da região metropolitana.

O processo de mobilização e participação foi intenso, com trabalhos de campo, oficinas, seminários, reuniões abertas e audiências públicas, unindo conhecimento técnico e a vivência dos cidadãos. Foram apresentadas cenas de teatro sobre problemas metropolitanos e elaborados mapas com a participação de moradores. Um boletim informativo e um site na internet foram mantidos durante todo o trabalho.

Para promover a integração de conhecimentos e orientar as políticas e os programas propostos, 4 eixos temáticos foram utilizados: urbanidade, acessibilidade,

sustentabilidade e segurança (para mais detalhes, veja o site www.rmbh.org.br).

Em seguida, foi feito o macrozoneamento, definindo, com muita negociação, formas adequadas de ocupar e utilizar áreas de maior interesse metropolitano, como centros regionais e eixos viários para atividades econômicas, serras, matas e mananciais de abastecimento de água a proteger e espaços para habitação social em novos empreendimentos, buscando associar o desenvolvimento da região com a superação de desigualdades entre municípios e entre grupos sociais.

Em 2017, ambos foram encaminhados como projeto de lei à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Apesar das propostas inovadoras que poderiam contribuir para a reforma urbana na região, o projeto não chegou sequer a ser avaliado pelos deputados, em clara demonstração da perda de prioridade da questão metropolitana pela administração estadual.

Atualmente, o Plano Metropolitano está sendo revisado pela Agência de Desenvolvimento Metropolitano, com menos divulgação e participação. Na fase de diagnóstico, foram realizadas 17 audiências públicas, com apresentações técnicas e tempo muito limitado para discussão e participação. Foi realizada também consulta pública, pela internet, com questionário para opinião individual de cidadão, sem discussão. Na atual fase de propostas, houve um fórum de gestores públicos municipais e novamente questionários respondidos individualmente, cujos resultados estão no site da agência, e uma oficina participativa, também pela internet.

O resultado desse processo deverá ser novamente encaminhado à Assem-

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

bleia Legislativa, na qual esperamos haja mais abertura à participação, com informações prévias e em linguagem acessível. O planejamento metropolitano é

muito importante e deve ser resultado de mais discussão do que o que temos visto nos últimos meses.

Para criar um Plano Metropolitano eficaz e coletivo é fundamental garantir um processo contínuo, inclusivo e transparente. Como podemos atuar para assegurar que este documento reflita as necessidades e potencialidades dos municípios de forma integrada e justa?

- Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado devem ser desenvolvidos com a participação de toda a sociedade, priorizando áreas de interesse metropolitano e funções públicas de interesse comum. Os zoneamentos devem adotar nomenclaturas e parâmetros comuns, evitando-se conflitos entre municípios e facilitando a gestão e a fiscalização integradas, particularmente em áreas conurbadas.
- A adoção de um padrão básico de aproveitamento dos lotes, com cobrança pelo que se constrói a mais e pela mudança de uso da terra rural para urbana, obrigatoriedade de percentual de habitação de baixo custo em empreendimentos habitacionais, diversificação de centros e integração de modais e tarifas de transporte coletivo são formas de diminuir inequidades territoriais e promover justiça social.
- A proteção de bacias de mananciais e unidades de conservação interligadas, a gestão de resíduos sólidos e a prevenção de riscos climáticos devem contar com estratégias de colaboração intermunicipais.

*“Repensar as estruturas
de planejamento e gestão
da região metropolitana de BH,
de forma coletiva e participativa,
é urgente”*

- Jupira Mendonça



QUEM GANHA E QUEM PERDE COM OS GRANDES PROJETOS URBANOS?

Daniel Freitas

Embara exista muita crítica em relação aos chamados Grandes Projetos Urbanos, isso não impede que eles ganhem cada vez mais espaço na forma como planejamos nossas cidades.

A história é sempre a mesma: os problemas urbanos são negligenciados anos a fio e, quando interessa a determinados grupos, todas as fichas são colocadas em alguma obra monumental.

No lugar de ações continuadas, gestão transparente e conservação da estrutura urbana existente, o que se observa são megaprojetos de infraestrutura, equipamentos públicos ou **operações urbanas***. Geralmente, são projetos caros, elaborados às pressas e para atender demandas mal calculadas. Depois de prontos, quase ninguém menciona os prejuízos, impactos ambientais, indícios de superfaturamento, decisões nada democráticas e, sobretudo, maior presença de grupos privados em setores decisórios da política urbana.

Vejam o exemplo da Linha Verde em Minas Gerais. Em 2003, o governo disse que faria a conexão entre Belo Horizonte e o Aeroporto de Confins por 270 milhões. Acabou investindo 508 milhões, **quase o dobro**. Esse aumento de investimento só foi possível porque o projeto tinha alta visibilidade política e apoio dos gigantes da construção civil. Foi um processo marcado por contratos abandonados, contratações emergenciais, alto custo com desapropriações e muito prejuízo para o poder público. Os maiores beneficiados foram as empreiteiras e os grupos privados que lucram com o aumento do preço da terra, lançamento de novos empreendimentos e novas parcerias na construção de outros projetos.

Outro exemplo é a ampliação do aeroporto de Confins. Em 2007, o Governo

contratou por 5 milhões uma empresa de consultoria para elaborar o plano de ampliação. Este plano foi utilizado para solicitar um investimento público de 342 milhões em 2010. A partir desse momento uma série de contratos foi assinada, tornando a parceria bem mais atrativa aos olhos dos parceiros privados. Em dezembro de 2013, o aeroporto foi a leilão.

Não estamos dizendo que as obras foram desnecessárias ou que estaríamos melhor sem elas. Estamos dizendo que elas reproduzem um problema recorrente: repetem um discurso de que a parceria com investidores privados é fundamental para viabilizar esse tipo de projeto, sempre com o argumento de que o Estado está falido. Nesta etapa é raro algum investidor se interessar. Em seguida, o Estado anuncia, pressionado por agentes privados nos setores decisórios, um grande investimento público que, aí sim, atrai parceiros privados que ganham muito com o projeto da vez.

É provável que algo parecido aconteça no projeto do Rodoanel. O acordo de 37 bilhões para reparar danos do rompimento da barragem de Brumadinho está sendo parcialmente direcionado para custear a obra. Ainda que nunca tenha conseguido viabilidade por meio de parceria com investidores privados, a participação de agentes econômicos nos setores decisórios desse processo é escancarada.

Um dos articuladores do acordo é o Movimento Brasil Competitivo, grupo de empresários que defende um "Pacto para a reforma do Estado". O processo é pouco transparente: falta acesso aos números da concessão, os impactos são minimizados e o governo mudou a legislação para facilitar as desapropriações e o licenciamento ambiental. Do modo como está sendo conduzido, o Rodoanel, além de

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

não dialogar com o planejamento metropolitano e causar impactos irreversíveis, tende a beneficiar um pequeno grupo de investidores privados e políticos de situação.

Diante disso, precisamos rever o fascínio com os grandes projetos urbanos e revalorizar as ações continuadas de pla-

nejamento, as formas democráticas de acesso à política urbana e a definição de prioridades de curto, médio e longo prazo.

É o poder público e os cidadãos que devem definir o futuro das cidades, e não o ganho imediato de alguns grupos privados e seu poder de influência sobre o governo.

Você já se perguntou quem realmente se beneficia dos grandes projetos urbanos? A participação ativa e a transparência são essenciais para garantir que esses projetos atendam às necessidades da comunidade e não apenas aos interesses privados.

- Rever o fascínio com os grandes projetos urbanos e revalorizar as ações continuadas de planejamento, formas democráticas de acesso à política urbana e definição de prioridades de curto, médio e longo prazo.
- Acompanhar de perto os mecanismos de financiamento dos grandes projetos urbanos, exigindo transparência nos termos das parcerias com o capital privado.
- Fortalecer e ampliar os canais de participação na política urbana e impedir que os investimentos públicos sejam utilizados em benefício dos agentes de maior capital.

EIXO
GESTÃO DEMOCRÁTICA
E PARTICIPAÇÃO
CIDADÃ

DEMOCRACIA NA POLÍTICA URBANA DE BH ESTÁ AMEAÇADA

Mariana Borges

Júlia Birchal

O modo mais comum de percebermos a democracia é por meio de eleições para cargos públicos, como é o caso das votações para prefeitos e vereadores este ano. Entretanto, em democracias representativas, a ação política está presente em diversas outras instituições, práticas e espaços, como as Conferências Municipais de Política Urbana (CMPUs) realizadas em Belo Horizonte.

Previstas na legislação urbanística de Belo Horizonte desde 1996, as CMPUs são organizadas a cada 4 anos e constituem um fórum de participação ampla da sociedade, com representantes de órgãos técnicos, associações empresariais e entidades comunitárias e sociais. O objetivo das reuniões é debater e definir propostas cujos resultados dão origem a regras a serem incorporadas ao Plano Diretor, lei que orienta o desenvolvimento da cidade.

Em 2014, a 4ª CMPU indicou mudanças importantes na legislação urbanística de Belo Horizonte, que foram aprovadas em 2019 pela Câmara Municipal, na forma do novo Plano Diretor. Entre as mudanças, estão mecanismos inovadores para que a cidade possa investir em moradia, em infraestrutura urbana e ambiental e na qualificação dos espaços públicos.

Além disso, determinou que qualquer alteração do Plano Diretor deveria ser precedida por proposta aprovada na CMPU. Se antes a Conferência era uma das formas de incidir sobre o planejamento urbano municipal, agora ela passa a ser uma etapa necessária, em um importante aprofundamento da participação direta da sociedade civil na escolha do futuro da cidade.

Entretanto, a obrigatoriedade da realização das Conferências para a alteração do Plano Diretor está sob ameaça, com-

prometendo esse mecanismo já consagrado na política urbana local.

No dia 8 de maio de 2024, ocorreu o julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), da **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)*** nº 1.0000.23.010032-3/000, que questiona a constitucionalidade do art. 86 do Plano Diretor de Belo Horizonte. Por que esse julgamento é de interesse da sociedade? É justamente o art. 86 que determina que a alteração do conteúdo do Plano Diretor deve ter como origem os debates da Conferência de Política Urbana. Este artigo também confere um prazo mínimo de 8 anos para alterações do Plano Diretor, de modo a permitir que haja tempo suficiente para implementação e avaliação das decisões da última Conferência.

A ADI foi proposta pela Mesa Diretora da Câmara Municipal no início de 2023, em meio a uma leva de projetos de lei de vereadores que visavam alterar diversos aspectos do Plano Diretor, cujos temas haviam sido amplamente debatidos na Conferência.

A consequência da declaração de inconstitucionalidade desse artigo, além de permitir que a lei seja alterada antes que a vontade popular tenha sido efetivamente concretizada na cidade, é permitir que o Plano Diretor seja modificado sem que seja realizada uma Conferência Municipal, ou seja, sem que a sociedade seja ouvida de maneira ampla e deliberativa.

Tais argumentos foram apresentados pela Procuradoria do Município e pelas entidades que ingressaram na ação, dentre as quais se encontra o Observatório das Metrôpoles - Núcleo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

No julgamento, a maioria do Órgão Especial votou pela extinção do processo, sem julgamento de mérito. O desembargador Júlio César Lórens, relator da ADI, entendeu que não havia real interesse de agir da Mesa da Câmara, ressaltando que a próxima conferência será realizada para 2026 e que a realização quadrienal de CMPUs não foi questionada. Apesar dessa vitória pontual, o art. 86 segue exposto a novos questionamentos, os quais, ao que parece, vão se materializar. A vereadora Marcela Trópia anunciou em Plenário, já no dia 16 de maio, que a Mesa ingressaria com uma nova ADI, evidenciando a manutenção dos interesses de alteração do Plano Diretor.

A Conferência de Política Urbana em Belo Horizonte é um rito consoli-

gado de interlocução entre o governo e a sociedade para revisão periódica da legislação urbanística. As alterações estruturantes do Plano Diretor dos anos 2000, 2010 e mais recentemente, de 2019, todas tiveram este mecanismo democrático como origem das propostas.

Para disputar o futuro da cidade, precisamos primeiro disputar a gestão democrática da cidade.

É preciso que as Conferências continuem a existir e prosperar, cada vez mais participativas e adequadamente munidas de ferramentas para que sejam efetivas em pautar os governantes e os legisladores a respeito das mudanças que a sociedade almeja.

A ameaça às CMPUs representa um risco para a participação democrática na gestão da cidade. Como podemos garantir que a voz da sociedade continue sendo ouvida e respeitada nas decisões sobre o futuro urbano de BH? Como podemos assegurar que um projeto democrático de cidade prevaleça?

- A aprovação do Plano Diretor é só um passo na implementação da política urbana, cuja execução deve ser acompanhada, monitorada e avaliada, com controle social. O caso da ADI e sua influência na realização de CMPUs é exemplificativo da necessidade de se estar atento às normativas que garantem a permanência e efetividade dos espaços de participação e deliberação.
- Nas eleições municipais, é importante apoiar e votar em candidatos cujas propostas conservem e ampliem as possibilidades de exercício democrático, por meio dos conselhos, conferências, entre outros espaços e ferramentas.
- A participação social e o envolvimento da população conferem legitimidade às políticas públicas. Cientes disso, os agentes públicos devem fortalecer os espaços que inserem a população no processo decisório. Exigir que os processos de planejamento urbano sejam transparentes e que as informações sejam amplamente divulgadas e de fácil acesso para todos os cidadãos é fundamental.
- A sociedade civil deve estar vigilante e organizada para identificar mudanças no cenário político e reagir a tentativas de desmantelar a participação democrática nas políticas públicas. Estratégias de mobilização e ampliação de redes são fundamentais para influenciar as decisões políticas.



Autoria: Flora Tavares/Zara Rodrigues

A CIDADE ESTÁ EM DISPUTA:

em defesa de uma gestão democrática com
participação popular

Renato Fontes

A possibilidade de instaurar novas práticas de planejamento e gestão urbana tornou-se mais factível, desde 2001, com a aprovação do Estatuto das Cidades. A viabilidade de um sistema de gestão democrática, como conselhos, conferências e audiências públicas, previsto no estatuto, e, posteriormente, presente nos planos diretores, veio reforçar essa importância, disseminando certa expectativa positiva com respeito à ideia de planejar e gerir as cidades coletivamente.

Contudo, a institucionalização da participação não pode ser tida como um fim em si. É preciso entender que esses espaços institucionais estão sendo disputados constantemente.

O mercado imobiliário, as empreiteiras, as mineradoras, o agronegócio e outros setores do capital já entenderam a força da participação popular e a importância desses canais para aprovar seus projetos ou para dificultar iniciativas contrárias aos seus interesses. Sua presença tem sido cada vez mais frequente nos conselhos e nas conferências, inclusive, metamorfoseadas em organizações da sociedade civil.

Os espaços de participação estão mergulhados em conflitos que bloqueiam avanços sociais, como por exemplo, a ausência de paridade, que dificulta que as organizações populares apresentem e aprovelem suas pautas; há reuniões com agendas meramente governamentais que ocultam, ou não pautam as tensões entre reivindicações democráticas da sociedade e os interesses dos setores do capital; e, também, quando propostas populares são aprovadas, sua execução pelo poder público não é imediata, ao contrário, depende de outras lutas.

Vejamos alguns casos recentes: o atual Plano Diretor de Belo Horizonte, aprovado pela Câmara Municipal (CMBH) em

2019, é fruto das diretrizes aprovadas na IV Conferência de Política Urbana, etapa obrigatória para aprovação. Esse plano foi resultado de uma ampla discussão popular, uma grande vitória diante dos representantes dos agentes econômicos, numa mobilização de, pelo menos, 5 anos de pressão popular. Uma das conquistas desta lei foi a inserção da **outorga onerosa***, que, na forma como foi aprovada, é um instrumento capaz de prover redistribuição de infraestrutura em regiões periféricas e pobres da cidade. Mas, no ano passado, a CMBH alterou o instrumento por pressão de agentes econômicos, que temiam reduzir seus lucros.

Outro caso significativo foi a luta popular contra a mineração ilegal na Serra do Curral, localizada nos municípios de Nova Lima, Sabará e Belo Horizonte. O Conselho Estadual do Patrimônio Cultural que, em 2021, deveria pautar o tombamento da Serra, o que possibilitaria a proibição de minerar a região, ficou quase um ano sem convocação para se reunir, tudo isto para que a discussão não fosse pautada.

Entretanto, não só de desrespeito às decisões das esferas de participação e ausência de reuniões são constituídos os conflitos. Recentemente, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de BH aprovou, por 10 votos a 2, o corte de 63 árvores para realização de uma etapa da corrida Stock Car, prevista para agosto deste ano. Além disso, o local da corrida tem sido visto com preocupação devido aos impactos ambientais, pela vizinha UFMG, que comporta, muito próximo, uma Estação Ecológica, biotérios de criação de animais e um hospital veterinário, todos estes sensíveis ao alto ruído que será gerado pela corrida e, como a própria universidade alega, em momento algum houve uma discussão pública sobre o evento.

O que esses casos têm em comum é que a pressão popular precisou mobilizar outras estratégias para fazer valer a lei, seja retornando às ruas com atos públicos e fazendo o corpo a corpo com a população, seja pressionando representantes do legislativo e, por meio do Ministério Público, judicializando processos.

O fato é que a cidade está em constante disputa entre os que querem dela

as melhores condições e oportunidades para a vida em sociedade e aqueles que a tratam como um grande negócio.

De certo, a gestão democrática é uma conquista, e a sociedade civil deve, permanentemente, refletir e avançar sobre as estratégias de ocupação dessas institucionalidades, mas a participação deve permanecer e se ampliar também nas ruas!

A gestão democrática e a participação popular são fundamentais para o desenvolvimento urbano justo e inclusivo. Como podemos potencializar esses processos e garantir que a organização e funcionamento dos Conselhos Municipais promovam o interesse coletivo?

- Composição: paridade, legitimidade e representatividade dos conselheiros/as municipais.
- Informações e capacitação continuada dos/as conselheiros/as municipais.
- Integração com a população por meio de campanhas de divulgação do papel dos Conselhos e campanhas educativas para democratizar a informação e propiciar a atuação de outras entidades e outros atores sociais no controle social.
- Vínculos entre os diversos Conselhos Municipais, com o objetivo de formular, acompanhar e fiscalizar as políticas intersetoriais.
- Os Conselhos Municipais devem formalizar suas decisões que devem ser amplamente divulgadas, como todas as demais atividades, nos diários oficiais, em boletins, jornais, e outros meios de comunicação.
- Mecanismos para viabilizar as informações relativas aos fundos municipais, que permitam a efetiva participação dos/as conselheiros/as na fiscalização e no controle desses recursos.
- Os Conselhos Municipais devem dispor de assessorias e consultorias para subsidiar discussões específicas.



PBH ANUNCIA RETOMADA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Henrique Porto

João Vitor Rodrigues

Ana Isabel de Sá

No dia 31 de janeiro, o prefeito Fuad Noman (PSD) anunciou a retomada das rodadas do **Orçamento Participativo (OP)*** para os anos de 2024 e 2025. A política estava paralisada desde 2017, quando o então prefeito Alexandre Kalil (PSD) decidiu por suspender a realização de novas rodadas do OP enquanto o passivo de 450 obras não fosse concluído. Atualmente, restam 90 obras não iniciadas e 140 em execução; ainda assim, a prefeitura optou por lançar uma rodada para o acolhimento de novas demandas, após 7 anos de paralisação.

O OP foi lançado em Belo Horizonte em 1993, na gestão de Patrus Ananias (PT), e significou um grande avanço na política urbana da cidade, levando obras de infraestrutura e equipamentos públicos para as regiões mais necessitadas. Com o passar dos anos e as trocas de gestão, a política deixou de ser prioritária para a administração municipal, perdendo recursos e efetividade na execução das obras eleitas pelos participantes.

Em 2022, contudo, a Câmara Municipal aprovou um projeto de emenda à Lei Orgânica que confere execução obrigatória às obras do OP e destina anualmente 0,2% da receita corrente líquida do município para a política.

O recente anúncio da realização de uma nova rodada do OP promete o investimento de pouco mais de R\$ 73 milhões para o acolhimento de até 90 demandas (10 por regional). A rodada está prevista para ter início ainda no mês de março de 2024 e será focada apenas nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais (**ZEIS***) e loteamentos, cooperativas e ocupações organizadas (**AEIS 2***) para obras de infraestrutura e saneamento.

Apesar do evidente avanço da retomada

das rodadas e incorporação de novas demandas, restam algumas controvérsias. A primeira delas é o fato de que o anúncio da retomada ocorreu apenas no último ano de mandato do atual prefeito e, conseqüentemente, em ano eleitoral, de forma que a atual gestão não será responsável pela execução das obras escolhidas, mas, ainda assim, receberá os méritos da retomada da política (mesmo com obras do passivo ainda paralisadas).

Ademais, apesar da pertinência e inovação do enfoque em ZEIS e AEIS 2, essa decisão restringe o alcance da política, de forma que a expectativa da Prefeitura de BH é de pouco mais de 12 mil participantes, muito menos do que os mais de 170 mil já registrados em OPs anteriores. De modo semelhante, os R\$ 73 milhões destinados a esta edição, apesar de um valor significativo, demonstram um apequamento do OPBH diante dos montantes investidos em rodadas passadas (que já chegaram a mais de R\$400 milhões, considerando a correção monetária).

Finalmente, destaca-se que a nova rodada, ao que tudo indica, será realizada com pouca ou nenhuma renovação metodológica, além de concentrada na pequena equipe da PBH dedicada a essa política.

Para qualificar a retomada do OP na cidade, é essencial que o debate sobre essa política seja atualizado. É necessário que o OPBH seja reformulado com base nas melhores práticas nacionais e internacionais de OPs que avançaram bastante nos últimos anos.

Nesse sentido, é preciso que sejam incorporadas ferramentas digitais para a realização de processos híbridos e disponibilização de informações; que se possibilite o acolhimento de demandas de outras naturezas (que não apenas obras e equipamentos); que o instrumento seja

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

melhor vinculado aos mecanismos de planejamento urbano e, principalmente, que a estrutura da PBH e os valores investidos para a realização do OP sejam ampliados.

Em suma, a retomada do OP em Belo Horizonte deve ser feita com vistas a resgatar seu potencial democratizante, participativo e de fortalecimento das demandas populares.

A retomada do Orçamento Participativo (OP) em BH é uma oportunidade única para fortalecer a democracia local e garantir que as necessidades das comunidades mais vulneráveis sejam atendidas. Como podemos garantir que essa retomada seja efetiva e participativa?

- Para qualificar a retomada do OP na cidade, é essencial que o debate sobre essa política seja atualizado. É necessário que o OPBH seja reformulado em face das melhores práticas nacionais e internacionais, de OPs que avançaram bastante nos últimos anos.
- Nesse sentido, é preciso que sejam incorporadas ferramentas digitais para a realização de processos híbridos e disponibilização de informações, que se possibilite o acolhimento de demandas de outras naturezas (que não apenas obras e equipamentos), que o instrumento seja melhor vinculado aos mecanismos de planejamento urbano e, principalmente, que a estrutura da PBH e os valores investidos para a realização do OP sejam ampliados.
- Em suma, a retomada do OP em Belo Horizonte deve ser feita com vistas a resgatar seu potencial democratizante, participativo e de fortalecimento das demandas populares.

TRÊS APRENDIZADOS QUE AJUDAM A INTEGRAR PLANEJAMENTO MUNICIPAL E METROPOLITANO

Daniel Freitas

Os planos diretores municipais precisam passar por uma revisão a cada 10 anos e essa revisão é uma excelente oportunidade para melhorar sua integração com o planejamento metropolitano. Apresento aqui três aprendizados que nos ajudaram nessa integração e que resultaram da experiência de revisão de planos diretores realizada logo após a conclusão dos principais produtos do planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Cabe lembrar que cada município brasileiro é responsável pela elaboração do seu plano diretor. Isso é muito bom, porque permite pensar um plano mais adequado à escala local e facilita o envolvimento dos moradores no planejamento. Mas os problemas urbanos não estão restritos aos limites municipais. Há pessoas que moram em uma cidade e trabalham em outra, e precisam de transporte integrado e infraestrutura compartilhada.

O desenvolvimento econômico de cada cidade é mais eficaz quando pensado a partir de um conjunto de municipalidades e não de forma isolada.

Há áreas de preservação ambiental localizadas em mais de um município, e sabemos que a poluição do ar, do solo e da água gerada em um município afeta municípios vizinhos. Por isso, além de manter o plano diretor atualizado, é fundamental que ele esteja bem integrado ao plano metropolitano.

1 Plano metropolitano como referência

O primeiro aprendizado é realizar o processo de revisão atento ao que já existe no planejamento metropolitano. Os municípios da RMBH que tiveram seus

planos revisados incorporaram contribuições dos dois principais produtos de seu planejamento: o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Macrozoneamento Metropolitano. Ainda que não tenham sido aprovados como lei, os conceitos e recomendações desses dois produtos funcionaram como principal referência técnica para a formulação de políticas e programas municipais.

Por exemplo, as “zonas de diretrizes especiais de transição do uso rural para o urbano propostas” no macrozoneamento são uma excelente forma de lidar com o crescimento das cidades. O macrozoneamento também traz indicações de áreas que precisam ser preservadas e áreas propícias para o adensamento que podem promover novas frentes de desenvolvimento e centralidades pensadas na escala da metrópole.

2 Planejamento continuado

O segundo aprendizado consiste em adotar uma prática continuada de participação. O envolvimento da população com o planejamento não pode ficar limitado ao momento de elaboração dos planos. Por isso, é tão importante a experiência de mobilização social do Plano Metropolitano e a criação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana, os LUMEs. Estes espaços de gestão compartilhada e aprendizado social abrigam cursos, troca de experiências, mobilização e ações coletivas.

Isso amplia a voz dos cidadãos na tomada de decisão e cria uma cultura de participação orientada por vivências concretas de planejamento. Durante a revisão dos planos diretores, foi fundamental o modo como cada município elegeu seu Grupo de

Acompanhamento do processo de revisão e criou seu Espaço Plano Diretor.

3 Trama Verde Azul metropolitana

O terceiro aprendizado é usar o conceito da Trama Verde Azul para conectar unidades de conservação e complexos ambientais e culturais. Ao extrapolar os limites municipais, a trama garante continuidade entre os espaços naturais, sempre integrando a preservação com as di-

versas possibilidades de acesso à natureza, lazer, turismo e convívio social. O processo de revisão dos planos é ideal para detalhar os projetos inspirados nesse conceito, com soluções mais específicas para usos recreativos, mobilidade ativa, produção agroecológica, valorização do patrimônio cultural e turismo ecológico.

Por em prática os aprendizados acima, além de gerar planos diretores mais eficazes, contribui para o fortalecimento do planejamento metropolitano e pressiona por sua regulamentação e aplicação.

A revisão dos planos municipais oferece uma oportunidade crucial para melhorar a integração com o planejamento metropolitano. Como podemos otimizar essa integração e fortalecer a eficácia do planejamento urbano?

- Articular a revisão do plano diretor ao planejamento metropolitano, fortalecendo a cidadania metropolitana e pensando a cidade de modo integrado aos municípios vizinhos.
- Construir práticas continuadas de participação dentro da política urbana nos moldes dos Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs) e Espaços do Plano Diretor.
- Viabilizar a Trama Verde Azul metropolitana, por meio de corredores ecológicos e novas possibilidades de uso das áreas de preservação ambiental e cultural.

EIXO
ILEGALISMOS E
SERVIÇOS URBANOS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA:

direito ou mercadoria?

João Tonucci

As recentes revelações sobre o caso Marielle colocaram as disputas por terra na cena do crime, revelando conexões cada vez mais conflituosas entre mercados imobiliários, negócios ilegais e políticas de regularização. Na medula destas conexões, encontramos a informalidade fundiária como um traço estrutural da urbanização brasileira, afetando principalmente a população de baixa renda, excluída do mercado formal e das políticas de habitação.

Estimativas conservadoras indicam que entre 50% a 70% dos imóveis no país apresentam alguma forma de “irregularidade”, incluindo a falta de registro. Isso coloca uma série de problemas aos territórios populares, como a falta de acesso a oportunidades e serviços, a precariedade das moradias e a insegurança de posse.

As políticas de **regularização fundiária*** têm como objetivo formalizar as porções da cidade produzidas à margem da lei.

No contexto latino-americano, essas políticas têm seguido dois paradigmas.

- O modelo peruano, inspirado pelo guru neoliberal Hernando de Soto e difundido pelo Banco Mundial, defende a via da titulação individual como solução. Como já documentado, os resultados da política peruana de titulação em massa foram decepcionantes.
- Já o paradigma da “fórmula brasileira”, consagrado na Lei n.º 11.977/2009, propunha a articulação multidimensional entre legalização, urbanização e provimento de serviços básicos e programas de desenvolvimento local.

No entanto, a instituição da Lei Federal n.º 13.465, em 2017, rompeu com este paradigma de regularização plena, estabelecendo um modelo focado na ti-

tulação. A nova legislação simplificou procedimentos, flexibilizou as obrigações de infraestrutura, desvinculou a regularização da política urbana, permitiu a legalização de núcleos informais de média e alta renda e abriu espaço para a iniciativa privada.

Como resultado, temos assistido à desconstrução da regularização como instrumento de cumprimento da **função social da propriedade*** e da promoção do direito à moradia e à cidade.

Este alinhamento da regularização fundiária aos interesses econômicos é particularmente preocupante num contexto de aproximação entre mercados da terra, crime organizado e o Estado.

A nova lei criou um novo mercado em todo o país, envolvendo empresas de regularização, cartórios, consultorias e instituições financeiras interessadas nos títulos de propriedade como garantia para o crédito. A nova regulação caiu ainda como uma luva para a indústria paralela de **grilagem*** e **anistia de imóveis***.

Além de ótima oportunidade de lucro, as políticas de regularização têm sido adotadas por agentes públicos como única solução, estimuladas pelo capital político advindo da distribuição de títulos à população.

Assim, tem predominado uma visão de regularização como mercadoria econômica e política, priorizando ações individuais em detrimento de políticas públicas abrangentes.

A regularização fundiária é uma conquista da sociedade e deve ser preservada como direito social. Seu sucesso depende de políticas integradas conjugando urbanização e legalização, de modo a garantir condições de permanência das comunidades. Como diversos estudos demonstram, a ênfase na titularidade in-

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

dividual pode estimular mais informalidade e ampliar os riscos de expulsão pelo mercado.

O foco na regularização pode ainda desviar a atenção de políticas preventivas, como o acesso ao solo urbanizado e a promoção de habitação social.

Sem a efetiva democratização do acesso à terra e à moradia nas nossas cidades, continuaremos “enxugando o gelo” das mazelas urbanas, assombrados pela generalização da informalidade e a escalada dos conflitos fundiários.

A regularização fundiária deve ser uma ferramenta para promover o direito à moradia digna e à cidade. Como garantir que esse mecanismo beneficie realmente as comunidades ao invés de servir aos interesses privados?

- Revisão da Lei Federal 13.465/2017, tendo em vista a retomada do modelo de regularização fundiária multidimensional em detrimento da titulação individual.
- Retomar o protagonismo do Poder Público como agente principal da regularização fundiária e do planejamento do uso e ocupação do solo urbano.
- Priorização de políticas de regularização fundiária devidamente atreladas a programas de urbanização e desenvolvimento socioeconômico nas comunidades.
- Criação de linhas de financiamento e pacotes de investimento para programas integrados de urbanização e regularização de assentamentos informais
- Estimular projetos-piloto de regularização fundiária, com foco em técnicas alternativas e formas mais coletivas e desmercantilizadas de propriedade da terra.
- Desenvolver políticas preventivas estruturais, como reforma fundiária, produção habitacional, lotes urbanizados, aluguel social e controle do uso do solo.



Autoria: Flora Tavares/Zara Rodrigues.

POLÍTICAS HABITACIONAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS PERIFERIAS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Thiago Canettieri

A questão da moradia é um dos temas mais fundamentais para pensar o futuro das cidades brasileiras. Essa pauta é urgente e só será superada com políticas habitacionais e urbanas verdadeiramente inclusivas, baseadas na participação social e no investimento robusto em infraestrutura nos territórios historicamente vulnerabilizados. A última pesquisa da Fundação João Pinheiro aponta que o Brasil tinha um déficit habitacional de 5,876 milhões de moradias em 2019, ou seja, antes da pandemia de covid-19, que agravou ainda mais a situação habitacional brasileira.

Frequentemente, as políticas habitacionais são pensadas e aplicadas sem a devida atenção para a questão da segurança pública. Já sabemos que territórios tidos como “informais” da cidade tendem a conviver com organizações criminosas (facções, gangues, milícias), afinal, representam oportunidades de geração de renda e organização, em lugares carentes de outras alternativas. Essas atividades não estão descoladas das dinâmicas imobiliárias locais.

A atuação do crime nas dinâmicas dos mercados de terra informais está sendo agora levantada por um conjunto de pesquisas, confirmando a hipótese de imbricamento das atividades ilícitas com mercados fundiários informais e formais. Em muitas situações, são essas organizações que abrem novos espaços para o mercado fundiário com o loteamento, regulam os mercados e, inclusive, produzem as habitações.

À primeira vista, poderíamos supor que a produção de moradias pelas po-

líticas habitacionais do Estado ou as regularizações fundiárias resultariam na redução do poder das facções sobre as formas de morar das classes populares nos territórios informais brasileiros. Contudo, o que se observa é o contrário disso.

A produção estatal e a formalização dos mercados podem muito bem serem apropriadas pelas organizações criminosas.

Regularmente, as políticas habitacionais olham apenas para a parte quantitativa do problema, ignorando as relações estabelecidas nos territórios periféricos, que são eventualmente atravessadas por essas práticas. Não é nenhuma surpresa que esses grupos criminosos incidam nos produtos das políticas habitacionais e de regularização, afinal movimentam um volume de dinheiro enorme, criam legitimidade territorial e possuem o recurso da coerção violenta.

Muitas vezes, os recursos obtidos pela atuação imobiliária são rapidamente revertidos em financiamento de ações criminosas. Geralmente, esses grupos se apropriam do mercado de terras, pois os ganhos são rápidos e relativamente seguros. Afinal, a pressão por moradia nos mercados imobiliários periféricos é enorme.

A entrada de agentes criminosos no mercado imobiliário periférico ocorre por pelo menos duas vias: eles podem se valer da legitimidade social construída e atuarem como receptores de lotes e imóveis, ou então, o que é mais comum, recorrem à violência, isto é, a desapropriação violenta de lotes e imóveis.

Como podemos contribuir para a melhoria das Políticas Habitacionais e de Segurança Pública nas periferias? Esta é uma questão complexa que requer políticas integradas para enfrentar as raízes do problema.

- Um país profundamente desigual produz jovens dispostos a entrarem no mundo do crime porque as atividades ilícitas são formas de acessarem os recursos que de outra maneira não conseguiriam acessar.
- A repressão violenta, forma mais comum de presença do Estado nesse contexto, não acabará com as operações ilícitas. Pelo contrário, irão aumentar.
- A ausência de regulação pública das economias ilícitas e do mercado imobiliário informal garantem a perpetuação desse problema.
- Seguir o curso dessa forma de viver nas periferias da cidade não poderá significar outra coisa senão violência e ausência de contrapartidas sociais. Assim, tende-se a ampliar as desigualdades que não facilitarão em nada a solução do problema.

“BH NÃO É TÃO VIOLENTA QUANTO O RIO”:

Qual o erro da afirmação?

Juliana Luquez

Como carioca recém integrada à sociabilidade mineira e ao cotidiano da metrópole belo-horizontina, lembro-me de ser provocada sobre como estava sendo essa transição. Os anfitriões costumavam perguntar: “está gostando de Belo Horizonte?”. Os conterrâneos e familiares, proficientes no roteiro caótico que guiou toda a minha experiência urbana, logo afirmavam: “BH não é tão violenta quanto o Rio”, esperando uma imediata e indubitável confirmação da sentença.

Quero aproveitar o artigo para refletir o equívoco da afirmação, não esperando que o leitor concorde com as ideias, mas acomodando-as no contexto da construção de uma agenda para a gestão das cidades e não em defesa de um ponto de vista.

“BH não é tão violenta quanto o Rio”, concluirá o cidadão a partir de uma simples leitura de conjuntura fornecida por diversas mídias ou se lançando em uma cuidadosa comparação de dados sobre um dos indicadores que compõem o quadro violento do Brasil: homicídio.

A mais recente edição do Atlas da Violência (2023), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e as análises do Monitor da Violência (2023), compilado organizado por um portal de notícias de um grupo de comunicação brasileiro, ambos em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresentaram dados relevantes sobre a situação da violência no país, especialmente quando considera-se o número de mortes por Unidade Federativa (UF), a cada 100 mil habitantes.

O Estado mineiro não figura no topo da lista das UF com mais homicídios; Belo Horizonte não aparece na lista das 50 cidades mais violentas e, na lista das capitais, está no 23º lugar, no ranking de 27. Fato atribuído, dentre outras hipóte-

ses, à menor letalidade da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Ufa!

Alívio?

Devemos mesmo suspirar aliviados? A PMMG é uma das instituições de Estado menos letal do Brasil, então, tal constatação contempla toda a complexidade do debate sobre segurança pública? Se o alívio é pelo fato de a polícia mineira ser menos letal, significa que se aceita um certo nível de letalidade de operações militares em ambientes civis e de intensa atividade urbana. Preocupante.

Saber que as forças de segurança atuam com menor letalidade nos espaços urbanos é suficiente para que as cidades com esse privilégio sejam consideradas menos violentas?

A aproximação desses campos da vida pública, como segurança e gestão urbana, vem sendo muito promissor aos Estudos Urbanos e ao debate sobre modelos de governança. Profissionais e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, especialmente os focados na agenda urbana brasileira, vêm produzindo pesquisas sobre o controle militar na organização civil. Diversos grupos sociais também atuam na denúncia e reivindicação desse controle. Essas pesquisas apontam tendências: por cidades cada vez mais seguras, opta-se cada vez mais pela polícia (com gastos públicos consideráveis), tensiona-se os interesses civis e militares nos ambientes de sociabilidade e construção política, acostuma-se com a ostensiva presença e repressão militar como sinal de escolta e vigilância, reconhece-se como legítima e sem qualquer constrangimento ético a abordagem pela ordem e pelo controle de corpos, ideias, costumes e atitudes suspeitas.



Militarização da experiência urbana

Estamos diante de um processo de militarização da experiência urbana frente ao incontestável espalhamento do medo. E essa tendência também se manifesta em Belo Horizonte.

A afirmação que assumo é “BH é violenta como qualquer cidade brasileira”. Pois o que a torna brutal é o próprio processo de urbanização: extorsões, privações, desigualdades, hostilidades, oportunidades frustradas, profunda segrega-

ção. Ao buscar militarizar a experiência urbana, acrescenta-se mais uma camada de violência na vida social – com agravo étnico-racial e de gênero. Apesar dos dados mais favoráveis no quadro geral, o estado mineiro apresentou elevação nos números de assassinatos em relação aos anos anteriores mesmo com a crescente presença militar na vida civil.

Reduzir a segurança pública à militarização é, em parte, renunciar às condições de planejar e gerir as cidades com ênfase em experiências democráticas e que dialoguem com a diferença.

Por que combater a militarização da vida urbana?

- Porque a **polícia militar não é uma instituição** de Estado **sem vínculos com os ilegalismos**, suas lógicas e seus mercados;
- Porque a **experiência democrática** não pode ser **sufocada, constrangida e tutelada** pelas forças repressivas de um projeto de Estado violento, racista e desigual;
- Porque os **territórios urbanos** são a expressão mais complexa da diferença e, por isso, uma oportunidade para novos caminhos no conjunto dos ordenamentos sociais e não um **laboratório de disciplinarização, repressão e intervenção**;
- Porque a estética e os símbolos do **urbanismo militar camuflam a perversidade** da “urbanização miliciana”, fundamento dos ilegalismos que operam as aglomerações urbanas no Brasil;
- Porque todo o **controle militar** deve estar **nas mãos dos civis** (e não o contrário)!



Créditos da imagem: Iago Ávila Soares.

**EIXO
MORADIA E POLÍTICA
HABITACIONAL**

O QUE O CADÚNICO PODE NOS DIZER SOBRE O DÉFICIT HABITACIONAL?

Carolina Ferreira

No início do mês de abril, o governo federal anunciou novas unidades do recente Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) nas modalidades Rural e Entidades. Na ocasião, o Ministro das Cidades apontou o esforço para entregar moradias conforme as demandas dos grupos atendidos, com enfoque nos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, e priorização de grupos vulneráveis.

O MCMV, criado em 2009 e retomado em 2023, é o foco da política habitacional do país para enfrentamento do déficit, e uma das principais críticas à primeira versão do programa foi a padronização das moradias entregues. Um indício de como o déficit habitacional tende a ser encarado como um valor objetivo, traduzido pelo teto, distante da diversidade de famílias e modos de vida.

As análises em torno do déficit habitacional são de fundamental importância para orientar as políticas de moradia, e a compreensão das necessidades próprias de cada grupo beneficiado envolve a interpretação do déficit para além do número.

Para tanto, é necessário caracterizar este déficit, isto é, entender não somente o “quanto”, mas também “quem” e “onde” está o público-alvo das políticas habitacionais.

Isso exige o tratamento de dados que permitam alcançar particularidades locais. E o CadÚnico é uma fonte importante dessas informações. Trata-se de uma base de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda no país que, segundo a Fundação João Pinheiro, são as mais afetadas pelo déficit habitacional.

O CadÚnico é o meio de acesso aos programas sociais do governo federal e,

por essa razão, tende a estar sempre atualizado. O formulário de cadastro abrange diversas temáticas da vida da família como composição familiar, caracterização das pessoas, escolaridade, trabalho, recursos e características do domicílio. É possível ainda identificar famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos, bem como famílias e pessoas em situação de rua.

Outro aspecto valioso é a possibilidade de localizar as famílias no território a partir do endereço declarado, diferentemente de outras bases domiciliares que não incluem esse dado. Isso possibilita ainda associar o déficit a outros fatores relevantes, como assentamentos irregulares, áreas de risco, regiões com pouca infraestrutura urbana e ambientalmente frágeis, em geral ocupadas pela população de baixa renda diante da ausência de outras alternativas de moradia. Com a informação de onde as famílias em déficit habitacional se concentram e de que maneira elas estão enquadradas no déficit, as políticas de provisão e melhorias de moradias podem ser distribuídas de forma mais assertiva.

A leitura qualificada do déficit pode ser ainda mais proveitosa quando tratada no nível municipal e intramunicipal, especialmente na ausência dos dados completos do Censo Demográfico de 2022. A divulgação está sendo realizada de forma gradual pelo IBGE desde junho de 2023 e o material disponível até o momento não permite leituras detalhadas da realidade de cada município.

Nesta escala territorial, os dados mais recentes do déficit habitacional são referentes ao Censo de 2010, já distante da realidade atual. Vale destacar que algumas informações importantes para análise do déficit não foram coletadas no Censo de

2022, a exemplo do valor do aluguel. Essas ausências podem ser supridas pelo CadÚnico até a divulgação completa do Censo e também de forma complementar a ele, sem desconsiderar as diferenças entre as bases.

Para atender demandas específicas é necessário apurar o olhar para além do quantitativo e explorar leituras qualitativas e direcionadas.

O CadÚnico pode enriquecer diagnósticos locais voltados à questão habitacional e permitir análises intersetoriais da realidade das cidades e da população de baixa renda. Com isso, orientar diversas ações das gestões municipais pelo país. Garantir moradia adequada vai além das unidades habitacionais construídas e passa pelo entendimento da questão habitacional de forma ampliada.

Para abordar efetivamente o déficit habitacional, é crucial utilizar as ferramentas disponíveis de maneira estratégica e engajada. Como podemos aproveitar o CadÚnico para transformar a realidade habitacional?

- Atualização das informações do déficit habitacional municipal a partir dos dados do CadÚnico, conforme metodologia adaptada pelo Instituto Jones dos Santos Neves, como estratégia complementar de diagnóstico, até liberação completa e tratamento dos dados do Censo Demográfico de 2022.
- Geolocalização das famílias em déficit habitacional nos municípios a partir do endereço declarado, para análise da distribuição das necessidades habitacionais no território.
- Cruzamento com outras bases de dados municipais urbanos, para detalhamento das vulnerabilidades relacionadas às famílias em déficit habitacional e leituras intersetoriais.



Créditos da imagem: Ichiro Guerra.

MINHA CASA, MINHA VIDA PARA ALUGUEL?

Marina Sanders Paolinelli

Anova edição do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi lançada no ano passado pelo governo federal (Lei 14.620/2023), trazendo novidades. Além dos subsídios e facilidades de financiamento para a compra de novas unidades produzidas por construtoras, o programa agora contempla aquisição de imóveis usados, reforma de edifícios subutilizados em áreas centrais, provisão de lotes urbanizados e fomento à locação social.

Amplamente difundida em diversos países, a **locação social*** é uma modalidade de provisão habitacional ainda pouco conhecida no Brasil. Programas de locação social costumam ter um impacto benéfico no mercado de aluguéis, em vez de contribuir para a sua inflação. Isso ocorre porque, para além de recursos direcionados aos beneficiários, esses programas preveem a incidência do poder público na definição dos preços dos aluguéis e na garantia do estoque de imóveis. Pensando de maneira integrada a oferta de unidades e o atendimento das famílias, oferecem um atendimento mais estável e seguro em médio e longo prazos.

A implementação da locação social pode ocorrer de várias maneiras, como a partir de parcerias com o setor privado e com Organizações Não Governamentais (ONGs) ou da criação de parques públicos de imóveis alugados a baixo custo.

O governo federal está atualmente apoiando projetos-piloto em municípios como Recife e Campo Grande, realizados por meio de **Parcerias Público-Privadas (PPPs)***. Em paralelo, está sendo debatida a criação de parques públicos de imóveis, modelo que o município de São Paulo já implementa há 20 anos, com um programa que conta com mais de 800 moradias de aluguel acessível.

Outra frente introduzida pelo novo MCMV é o Moradia Primeiro, iniciativa que vem sendo encabeçada pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. O projeto visa proporcionar acesso imediato à moradia para pessoas em situação de rua, que também se dá, na maior parte das vezes, por meio do subsídio ao aluguel.

Belo Horizonte

Sobre Belo Horizonte, o município já conta com um programa municipal de locação social desde 2019 (Decreto nº 17.150), que prevê três modalidades: locação social pública, privada e por Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

A locação social privada já atende a mais de uma centena de famílias de baixa renda, com base em subsídios personalizados e no tabelamento de aluguéis de proprietários particulares, conforme critérios de avaliação dos imóveis. Mulheres em situação de violência doméstica passaram recentemente a ser atendidas também nessa modalidade.

Já a locação social por OSCs teve seu primeiro edital de chamamento lançado no ano passado, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social com trajetória de vida nas ruas. Organizações como o Aluguel Solidário, a Pastoral de Rua e o Fundo Imobiliário para Aluguel (Fica) – associação sem fins lucrativos com experiência em gestão de imóveis de locação social – estão em diálogo com a prefeitura visando ao aprimoramento da modalidade.

Novas perspectivas

Com perspectivas de investimentos federais, é possível que programas muni-

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

cipais de locação social, como o de Belo Horizonte, sejam fortalecidos e ampliem seu alcance. Contudo, é crucial enriquecer o debate em todas as esferas governamentais, especialmente considerando com maior seriedade a criação de bancos de imóveis públicos.

Nesse sentido, outra iniciativa do governo federal parece trazer novas perspectivas. O programa Imóvel da Gente, lançado este ano, promete impulsionar o uso do patrimônio da União para políticas públicas prioritárias, incluindo a política habitacional. O antigo terreno do Aeroporto Carlos Prates foi inserido no programa, e sua utilização está sendo debatida com a sociedade, que exerce forte pressão para que seja utilizado na ampliação

da oferta de moradia popular. Contudo, os movimentos de luta pela moradia majoritariamente demandam a casa própria pelo programa Minha Casa, Minha Vida convencional, e há pouca discussão sobre a produção de imóveis públicos para locação social na área.

Apesar de prevista na legislação municipal, a modalidade de locação social pública ainda não foi implementada em Belo Horizonte.

Esta modalidade é fundamental para promover maior justiça urbana, colocando o poder público no cerne da garantia e manutenção do acesso à moradia.

Este pode ser um momento oportuno para avançar nessa direção.

Por mais que o MCMV agora inclua a locação social, a implementação plena dessa modalidade exige a participação ativa da sociedade. Como podemos garantir que o direito à moradia seja prioridade nas políticas públicas?

- Fortalecimento de programas voltados para a moradia de aluguel para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua e mulheres em situação de violência doméstica.
- Incidência do poder público nos mercados de aluguel popular para garantia da qualidade dos imóveis e valores justos.
- Garantia de subsídios para a população em situação de ônus excessivo com aluguel.
- Criação de parcerias com Organizações da Sociedade Civil visando ampliação do acesso à moradia à população mais vulnerável.
- Criação de bancos de moradias públicas que possam ser acessadas por famílias de baixa renda de maneira contínua, com segurança de posse e acompanhamento social.

DE VAGALUMES E FORMIGAS:

a potência lampejante, coletiva e obstinada
da Belo Horizonte ocupada

Clarissa Campos

Em uma de suas proposições, o filósofo francês Henri Lefebvre - cujas ideias sobre o **Direito à Cidade*** têm sido historicamente apropriadas por movimentos de **ocupações urbanas*** em Belo Horizonte e outros lugares - sugere uma conexão inescapável entre a produção do espaço e quaisquer possibilidades de mudanças reais na vida e na sociedade.

Ocupações urbanas são práticas espaciais que ocorrem em contraposição a formas de produção do espaço que vêm já prontas e baseadas na propriedade privada individual e na moradia como mercadoria, mais do que um bem necessário.

Se esse tipo de produção tem resultado em cidades opressivas e injustas, as ocupações procuram escapar a essa lógica para, de alguma maneira, alterá-la.

No livro *Sobrevivência dos Vagalumes*, Georges Didi-Huberman identifica certas formas insurgentes, ora visíveis, ora invisíveis, em lampejos passageiros e pouco iluminados. Vagalumes, na metáfora do autor. Essa potência luminosa que depende de uma existência coletiva evoca a capacidade vital de articulação em rede, plural e mutável das ocupações. Mas a potência das construções coletivas não é novidade nas ocupações em Belo Horizonte.

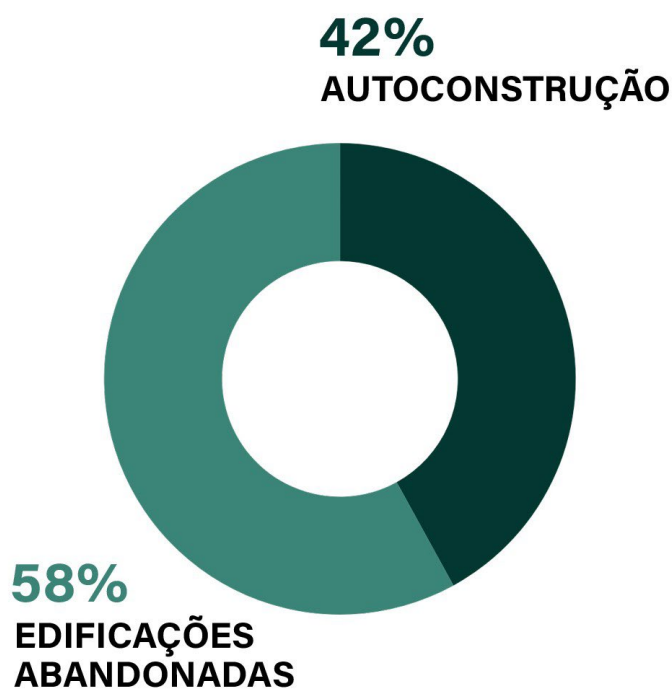
Como frequentemente entoado em seus territórios,

“Pisa ligeiro, pisa ligeiro! Quem não pode com as formigas não assanha o formigueiro!”

Para além do caráter gradual, cotidiano e coletivo de suas práticas, a formiga é alegoria da obstinação no enfrentamento de obstáculos e violências cotidianas. A expressão frequentemente utilizada no Brasil “movimentos dos sem-teto”, reflete com precisão a principal causa da realização de ocupações, também no caso de Belo Horizonte: injustiça habitacional.

Não surpreende que das 77 ocupações identificadas na Região Metropolitana de BH desde os anos 1990, cerca de 96% sejam para moradia, segundo dados coletados pela autora entre 2019 a 2024. Do total, ocupações de terras em regiões periféricas para autoconstrução representam cerca de 58%. Ocupações em edificações previamente abandonadas, por sua vez, somam uma significativa parcela de 42%. Estas, em geral, estão localizadas em áreas centrais e bem servidas de Belo Horizonte.

Ocupações da Região Metropolitana de BH



Por um lado, o ato de ocupar relaciona-se à necessidade urgente de abrigo e permanência. Por outro, lutas por moradia se inserem numa disputa mais ampla pelo reconhecimento de seus atores como legítimos agentes políticos, produtores de cultura e de conhecimento, com participação plena na vida das cidades. A

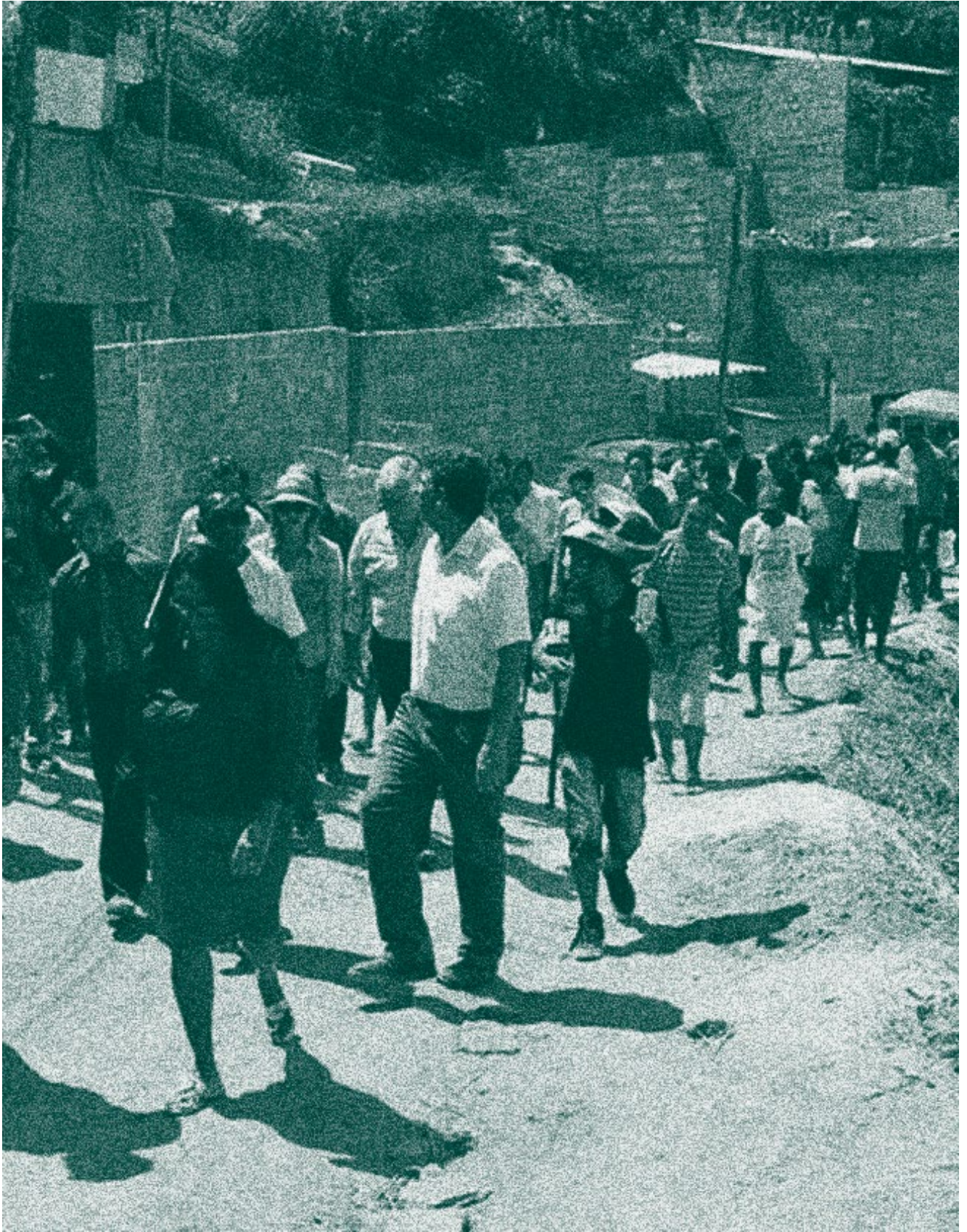
perspectiva de um teto sobre suas cabeças é apenas o primeiro passo na disputa pelo direito à cidade.

A produção do espaço nas ocupações, em grande parte indissociável da coletivização do cotidiano e de práticas autogestionárias, contribui ainda para uma melhor compreensão dos obstáculos e oportunidades contidos nessas noções, muitas vezes restritas ao plano teórico.

Por fim, a potência transformadora dessa forma de produção do espaço não deixa de existir com o fim de uma ocupação. Mesmo que ela resista apenas em um vislumbre. Seja oscilando como as luzes dos vagalumes ou engajadas na construção resiliente das formigas. Suas lutas continuam no tempo e, em diferentes graus, também nas mentes e práticas daqueles que as conheceram.

As ocupações urbanas desempenham um papel crucial na produção de espaços mais justos e inclusivos. Como podemos fortalecer e reconhecer a potência transformadora dessas práticas?

- Enfrentar a injustiça habitacional e promover cidades mais justas implica também em reconhecer as ocupações urbanas como práticas legítimas de produção do espaço. Ocupações por moradia devem ser vistas não apenas como ações emergenciais por abrigo, mas como movimentos urbanos que reivindicam o direito à cidade.
- É preciso implementar efetivamente o arcabouço legal e as políticas públicas já existentes e que visam garantir o cumprimento da função social da propriedade. É essencial promover a participação ativa dos moradores de ocupações na tomada de decisões urbanísticas, valorizando seu conhecimento e suas práticas culturais. É urgente valorizar as contribuições, os saberes e as manifestações culturais destes grupos sociais para a gestão dos espaços urbanos.
- É necessário ainda reconhecer a formação de redes de solidariedade entre ocupações e outros atores como elemento indissociável da luta por moradia digna, o que certamente contribuirá para a produção de cidades mais equitativas e inclusivas.



MINHA CASA, MINHA VIDA NO CENTRO DE BH?

Carina Castro

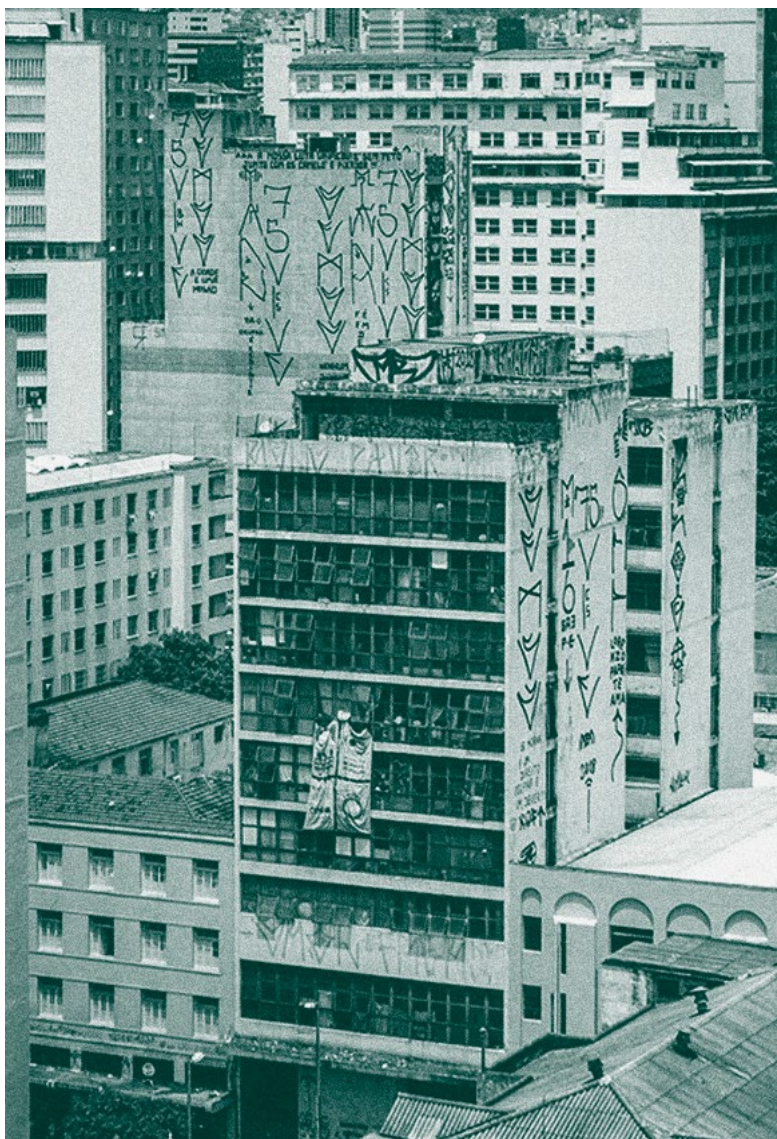
O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) para moradia popular no centro da cidade volta ao debate com os avanços no processo de reabilitação do prédio da ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, na rua dos Caetés. No final de abril de 2024, o imóvel recebeu visita de uma comitiva do TRF6 que visa agilizar os trâmites legais para adequar as moradias às famílias de baixa renda, que aguardam por esse momento há quase uma década.

O programa do governo federal foi retomado em nova edição em 2023, por meio da Lei 14.620, agora com maior incentivo para requalificação e **retrofit*** de edifícios. A expectativa é de conferir uso ao extenso parque de imóveis subutilizados ou completamente abandonados nas áreas centrais das grandes cidades do país, que são dotadas de plena infraestrutura pública, como é o caso de Belo Horizonte.

A ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia existe desde abril de 2015, por meio da luta por moradia de quatro entidades populares que atuam nacionalmente: a Conam, a CMP, o MNLM e a UNMP. O cumprimento da **função social da propriedade*** e da destinação do imóvel para a habitação formaram a base das reivindicações dos movimentos, afinal o antigo prédio do INSS se encontrava em condições de abandono desde o início dos anos 2000 e continha um extenso histórico de tratativas e processos não finalizados.

Tudo começou em 2006, com a Resolução 21 do próprio INSS para a alienação de imóveis ociosos da entidade, incluindo o prédio no centro de Belo Horizonte. Pouco depois, em 2007, a Lei Federal nº 11.481 permite a concessão de uso de imóveis do patrimônio da União para ha-

bitação de interesse social. No mesmo ano, também foi publicado pela prefeitura o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, com a identificação de imóveis vazios na região e a recomendação de adaptação para o uso residencial, incluindo o prédio da atual ocupação. Posteriormente, em 2013, um estudo da PBH identificou a possibilidade de reabilitação do imóvel em 69 apartamentos.



Créditos da imagem: Carina Castro

Mas foi somente a partir do início da ocupação que a reforma do prédio pas-

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

sou a ser pleiteada para o MCMV na modalidade Entidades e recebeu um projeto, por meio da assessoria técnica dos movimentos, que ampliou para 88 o número de moradias e, conseqüentemente, de famílias contempladas. E, mesmo com tanto esforço envolvido e tantos encaminhamentos, a comunidade segue aguardando a realização do sonho.

Vale lembrar que, além da luta marcada por entraves burocráticos que moradores e lideranças precisam enfrentar para levar o retrofit adiante, a própria ocupação e permanência em um imóvel que já foi abandonado é um processo árduo.

É necessário lidar com anos de acúmulo de lixo e entulho, infestações de animais, depredações. De forma coletiva, os novos moradores limpam, reparam e dividem como podem o espaço para torná-lo habitável. Diante dos imóveis cobertos

por dívidas milionárias de IPTU, daqueles que demandam grandes gastos com manutenção e dos que apresentam riscos à sociedade (como foco de doenças ou uso pelo crime), os ocupantes chegam a prestar um verdadeiro serviço público.

O caso da ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, com a concretização das obras, se tornará uma experiência pioneira na capital mineira. Até então, não houve outra iniciativa voltada para moradia popular no centro da cidade sendo realizada com apoio do poder público.

É previsto que o projeto também faça parte do recém-lançado Programa de Requalificação do Centro pela PBH. Esta pode ser a oportunidade de utilizar a infraestrutura existente dos prédios subutilizados e das centralidades urbanas para promover o direito à moradia alinhado ao **direito à cidade***.

O programa MCMV apresenta novas oportunidades para a moradia popular, especialmente em áreas centrais como o centro de Belo Horizonte. Como podemos maximizar os benefícios desse programa e garantir uma implementação eficaz?

- A reabilitação e destinação de imóveis que descupriam sua função social para a moradia popular deve ser incentivada como resolução para conflitos fundiários, evitando o despejo de comunidades consolidadas e o abandono das edificações.
- Incentivar usos mistos de imóveis reabilitados em áreas bem-localizadas da cidade pode contribuir para a permanência de seus moradores, ao passo que possibilita a geração de recursos para a manutenção de condomínios e pode, ao mesmo tempo, beneficiar as comunidades no entorno.
- É necessário priorizar projetos de retrofit que visam a provisão de moradia digna para a população de baixa renda ante a projetos de moradia de alto padrão, objetivando combater a gentrificação das centralidades urbanas e obter cidades mais justas.

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

ASSESSORIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:

um direito, várias necessidades

Marcela Silvano Brandão Lopes

Para iniciar a discussão a respeito das Assessorias Técnicas para Habitação de Interesse Social (ATHIS), é importante começar pelo debate sobre o déficit habitacional. Calculado a partir de quatro componentes - habitação precária, coabitação familiar forçada, adensamento excessivo em domicílios alugados e ônus excessivo com aluguel - o déficit é um número a partir do qual se constroi no país uma política habitacional com foco em uma única solução, a provisão habitacional.

Apesar da construção de habitações pelo Estado ser historicamente promovida de forma associada aos interesses do capital imobiliário, a questão habitacional é muito mais complexa e não pode ser reduzida a números.

Uma abordagem que leve em consideração as necessidades habitacionais abre um leque de possibilidades muito mais diverso, que vai desde políticas voltadas para a regularização fundiária* e urbanização de territórios populares, passando por melhorias habitacionais e requalificação de imóveis vazios situados em áreas centrais das cidades, chegando à locação social.

Em todas as possibilidades citadas, a assessoria técnica é fundamental para que a questão habitacional seja complexificada junto a quem vive os problemas e já autoconstrói suas soluções. Um público que não pode ser tratado como um alvo passivo a ser beneficiado por políticas construídas a sua revelia e de forma assistencialista.

No caso da provisão habitacional por meio do Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, a assessoria técnica está prevista como parte importante do processo.

Melhorias

Quanto às melhorias habitacionais, a Assessoria Técnica é um direito assegurado pela Lei Federal 11.888/2008. Entretanto, ao longo dos anos, pouca ou nenhuma verba foi direcionada para essa atividade.

No caso de Belo Horizonte, em 2022, houve um pequeno avanço com o projeto de lei que regulamenta a Linha Programática de Assistência e Assessoria Técnica (LP AAT), e que, em 2024, teve seu primeiro fruto viabilizado por meio de verba de emenda parlamentar: a contratação da Arquitetura na Periferia para atuar junto famílias de ocupações organizadas do Vale do Jatobá, Barreiro, visando capacitar mulheres para a realização de projetos, gestão e execução de obras de melhorias habitacionais.

Ressalta-se que a minuta, quando escrita por representantes do Conselho de Habitação do município, dizia que a assessoria técnica pública e gratuita seria viabilizada com parte dos recursos captados para o Fundo de Habitação, através da **Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)***, assegurada pelo novo Plano Diretor de Belo Horizonte.

Entretanto, em 2023, quando o plano deveria ser posto em prática, houve uma forte pressão liderada por setores empresariais que alterou a legislação, diminuindo de forma considerável o Fundo de Centralidades estabelecido no plano. Na ocasião, um grupo formado por arquitetos, economistas e advogados entrou com um processo alegando, com argumentos contundentes, a ilegitimidade da alteração.

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

Importante dizer que a assessoria técnica pode ser realizada também por meio de projetos de extensão acadêmicos, muitas vezes articulados a projetos de pesquisa e atividades de ensino.

Os processos são efetivados por práticas compartilhadas, que, nem sempre, resultam em algo construído, até porque não há verba disponível para que isso aconteça. O que não tira a sua importância, visto que no ambiente acadêmico é possível complexificar as questões da moradia e da assessoria técnica, re-

conhecendo as várias possibilidades de atuação e investigação.

Em suma, as práticas de ATHIS não acontecem de maneira homogênea e contínua, ao contrário, elas são atravessadas constantemente por disputas e desvios. Fica, pois, o desafio:

Como consolidar o campo profissional da ATHIS a partir de políticas e recursos públicos? Como convergir o tempo das demandas materiais urgentes com o tempo lento da construção de imaginários urbanos mais ampliados?

- Fortalecimento da LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 por meio de programas federais que possam garantir recursos públicos federais para a Assessoria Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS) voltada para famílias de baixa renda.
- Ampliação do entendimento do que seja a ATHIS, para além das melhorias habitacionais, reforçando que no seu escopo estão também os processos de regularização fundiária e os de provisão habitacional voltado às entidades organizadas.
- Regulamentação da ATHIS nos municípios, a fim de garantir recursos públicos para assessorias técnicas situadas nos territórios populares, que possam mapear e atender de fato as necessidades habitacionais junto aos seus moradores.
- Criação de parcerias entre poder público municipal e Organizações da Sociedade Civil, visando uma maior capilarização da ATHIS nos territórios populares.
- Criação de parcerias entre poder público e projetos de extensão universitária, visando discussões permanentes sobre os avanços e desafios das práticas de ATHIS.

EIXO
MOBILIDADE URBANA
E POLÍTICA DE
TRANSPORTES

PASSE LIVRE:

1º passo para reinvenção do transporte público

André Veloso

O transporte coletivo por ônibus no Brasil vive uma lenta e longa crise, que ganhou feições de colapso a partir de 2020, com o isolamento social causado pela pandemia de Covid-19. Trata-se dos estertores da lógica que o fundou: o financiamento do sistema por meio da receita tarifária.

Em meados do século XX, quando os ônibus passaram a ter hegemonia como principal modo de transporte urbano no Brasil, levas de pequenos empresários iniciavam linhas – clandestinas ou regulares – certos de que o número de passageiros pagantes seria crescente ano a ano, e assim compensaria o investimento inicial.

Privilégios intocados

Vastas regiões urbanas se formaram no país a partir de linhas de ônibus precárias que viabilizaram que loteamentos sem infraestrutura pudessem ser a solução habitacional para a urbanização brasileira. Privilégios da renda da terra e das áreas urbanas valorizadas permaneciam assim intocados, nas mãos das elites de sempre.

A profusão de micro-empresas de ônibus transitou para uma maior racionalidade com a concentração de capital, gerando grandes empresas no setor, algo que só começou a ocorrer no começo da década de 1980. A organização política e econômica desse empresariado tem origem em Belo Horizonte, e representantes mineiros do setor de transportes dominaram as organizações de classe nacionais nas últimas quatro décadas.

Sistema em crise

Mas os tempos de crescimento contínuo e ilimitado da demanda chegaram a um limite ainda na década de 1990. Mudanças nos

padrões de crescimento demográfico e urbano, distribuição de renda e popularização dos carros e motos contribuíram para que os ônibus perdessem sua longa hegemonia.

Assim, um sistema que nunca foi capaz de fornecer dignidade a seus passageiros já entrava em crise sendo substituído por soluções ainda mais nocivas coletivamente.

Acidentes, poluição, engarrafamentos e obras viárias inúteis são a tônica desse cenário.

Entretanto, como se sabe: “crise é oportunidade”. A pandemia de Covid-19 tornou gritante a necessidade de uma nova forma de gestão e financiamento do transporte coletivo, rompendo a bolha setorializada que discutia isso. Prefeituras de todos os matizes ideológicos viram, nos últimos 4 anos, que manter o financiamento tarifário do transporte coletivo era custoso e ineficiente. O número de cidades com **tarifa zero*** – gratuidade universal dos ônibus – passou de 15 para 108 em pouco anos, com uma população de mais de 4 milhões de pessoas beneficiadas.

Nova lógica de financiamento

A mudança é simples: centralizar o financiamento no poder público, que passa a pagar pelo custo quilométrico incorrido, em vez de passageiro transportado. A nova lógica rompe o círculo vicioso de aumento tarifário e perda de demanda e coloca o transporte no lugar de direito social que a Constituição Federal garantiu em 2015.

Evidentemente, o **passage livre*** gera novos e enormes desafios: Como controlar efetivamente a qualidade e a oferta de transporte? Como contabilizar custos reais e controlar os repasses? Como pla-

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

nejar linhas e horários que atendam as necessidades da população – já não mais mediada pela lógica pagante?

Democratização do transporte público

O passe livre é a porta de entrada para a reformulação radicalmente democrática do transporte público, o 1º passo para que a mobilidade urbana seja de fato universal.

E para criar ferramentas efetivas de controle popular é necessário desmontar as estruturas de poder econômico e político que mediam a oferta de transporte.

Não se pode mais ser reféns de empresários trancando garagens ou acordos corruptos do poder público em fraudulentas licitações. É preciso deixar para trás o domínio das grandes empresas de ônibus e avançar rumo a modelos descentralizados e modularizados que tornem possível o controle público.

A crise no transporte coletivo por ônibus no Brasil, agravada pela pandemia de Covid-19, exige uma solução urgente. O passe livre pode ser a chave para democratizar o acesso ao transporte, transformando-o em um direito social garantido. Você já se perguntou como podemos transformar o transporte coletivo em um direito universal? Como garantir que ele seja sustentável e eficiente?

- Reformulação imediata da licitação e da concessão de transporte coletivo por ônibus urbano convencional.
- Modularização dos itens da concessão de transporte: domínio público das garagens e do sistema de bilhetagem eletrônica, contratação separada do fornecimento da frota de ônibus e de sua operação e manutenção. Assim, é possível simultaneamente garantir que grandes fornecedores de veículos elétricos se interessem por atuar na cidade, ao mesmo tempo em que se diminui o poder econômico e político dos empresários de ônibus em Belo Horizonte.
- Reformulação e ampliação do número de permissões de operação concedidas para o transporte suplementar, os antigos perueiros, que atuam com capilaridade e proximidade ao usuário
- Criação de fontes concretas de financiamento para o sistema de transporte coletivo, em substituição à tarifa e ao vale-transporte. O projeto de taxa por empregado para grandes empresas já foi apresentado em 9 cidades e é o modelo de financiamento francês, por exemplo.



Autoria: Flora Tavares/Zara Rodrigues.

O QUE OS “ACIDENTES” DE TRÂNSITO NOS CONTAM SOBRE O DIREITO À CIDADE

Ana Marcela Ardila Pinto

Bárbara Abreu Matos

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), aproximadamente 1,2 milhão de pessoas morreram no trânsito em 2021. O cenário brasileiro não difere do mundial. Nosso país foi o 3º com mais mortes no trânsito em todo o mundo em 2020, ficando atrás apenas de Índia e China.

Em Belo Horizonte, as ocorrências de sinistros de trânsito registradas entre 2018 e 2021 foram, em média, cerca de 11.600 por ano, com uma leve redução durante o primeiro ano de pandemia da covid-19. Anualmente, cerca de 25 mil pessoas se envolvem em sinistros de trânsito na capital mineira. Entre 2018 e 2020, foram 113 óbitos anuais, e em 2021, foram registradas 131 vítimas fatais, um aumento de 16%.

A maior parte das vítimas fatais são homens, jovens adultos entre 18 e 30 anos, e motociclistas. As pessoas idosas também são vítimas frequentes do trânsito, sendo registrada uma média anual de 17 óbitos nessa faixa etária .

O que esses “eventos” nos alertam sobre a vida urbana e sobre o direito à cidade?

Em primeiro lugar, esses não são fenômenos aleatórios. Hoje, são definidos como “**sinistros de trânsito***”, as colisões, atropelamentos e outros eventos antes denominados como acidentes.

Porém, esse termo carrega consigo a falsa crença de serem aleatórios, não podendo ser previstos ou evitados. Os sinistros não acontecem por acaso, mas sim, em horários com maior fluxo de veículos, particularmente entre 17h e 19h (15%).

Também não são aleatórios os lugares onde acontecem. Destaca-se, por exemplo, a elevada incidência nos cruzamentos (31%) de altos índices de mortalidade por atropelamentos. Também se concentram nos principais corredores da cidade.

Tal é o caso do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo, que aparece consistentemente como o local de maior número de ocorrências e fatalidades. Outros grandes corredores da capital, locais frequentes de óbitos no trânsito, são as avenidas Cristiano Machado, Antônio Carlos e Amazonas.

Todas essas vias são de alta velocidade, alto número de faixas e poucas facilidades para pedestres. Nesses locais é perceptível a ocorrência do fenômeno conhecido por “**efeito barreira***”, que causa uma intensa segregação socioespacial e gera o aumento de sinistros, e a redução dos contatos sociais e da liberdade de locomoção das pessoas.

Comumente, a causa dos sinistros está relacionada às decisões de motoristas irresponsáveis, especialmente sob a influência do álcool ou drogas e em alta velocidade. Mas essas ocorrências não são resultado de uma ação puramente individual.

Responsabilizar as pessoas de serem os principais causadores dos sinistros implica que a maior parte dos investimentos esteja orientada a programas de educação e conscientização no trânsito. Porém, é também preciso avançar em outras ações estratégicas, especialmente quando se trata de uma das capitais com maior nível de motorização privada do Brasil, tal como foi constatado pelo ITDP Brasil (2022).

É necessário avançar em políticas que transformem a forma como usamos nossas cidades. A redensificação das áreas

2 * Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

urbanas, a criação de centralidades e a diminuição da segregação são medidas mais estruturais e necessárias para mudar nossa distribuição modal a longo prazo.

Com ainda mais urgência, é essencial promover o transporte público seguro e acessível, construir faixas de ciclovias e de motociclistas, aumentar o tempo de cruzamento e as condições de desenho universal para pedestres, bem como produzir calçadas adequadas e amplas.

De forma imediata, temos que avançar na identificação de pontos críticos de risco e no redesenho viário, além da melhoria da sinalização e da pavimentação das vias.

Combinadas essas medidas com os processos de educação, podemos avançar na criação de cidades que garantam que todos os modos de nos movimentarmos estejam baseados no princípio do respeito à vida e do direito à cidade.

É essencial adotar uma visão coletiva orientada pelo princípio de tolerância zero com as mortes no trânsito, incorporando os riscos e potenciais erros no planejamento de infraestrutura e na gestão dos sinistros. Como podemos transformar o trânsito em um espaço verdadeiramente seguro para todos os cidadãos?

- Construir uma visão coletiva orientada pelo princípio de tolerância zero com as mortes no trânsito.
- Criar um sistema metropolitano de gestão de riscos no trânsito, com participação das instituições e da sociedade civil. Este sistema deve identificar pontos críticos de risco, subsidiar a elaboração de planos municipais de segurança viária, promover ações conjuntas de redesenho viário, mudança de usos urbanos e programas de cultura cidadã.
- Melhorar os sistemas de resposta e atendimento às vítimas no trânsito, especialmente nas áreas de pontos críticos.
- Integrar os planos de redução de mortes e lesões no âmbito nacional, metropolitano e local.
- Criar condições de acessibilidade e mobilidade seguras, baseadas no desenho universal e no princípio de cidades cuidadoras para o reconhecimento das demandas das populações mais vulneráveis no trânsito.

EIXO
TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

O QUE PODEM OS MUNICÍPIOS DIANTE DA CRISE CLIMÁTICA?

Natália Aguiar Mol

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

Não é de hoje que a ciência nos alerta que o clima está mudando no mundo todo. Mas é quando sentimos seus efeitos no dia a dia é que nos conscientizamos que essas mudanças vieram para ficar e que é preciso agir. De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios, 93% dos municípios brasileiros foram atingidos por algum tipo de desastre natural entre 2013 e 2022.

Ondas de calor, geadas, vendavais e tempestades, cada vez mais fortes e frequentes atingem áreas urbanas e rurais. No entanto, é nas cidades, onde se concentra o maior número de pessoas, negócios e infraestruturas, que a situação é mais crítica, afetando de forma desproporcional os mais pobres, que já vivem em condições precarizadas. Estes eventos climáticos expõem a negligência histórica e a falta de políticas públicas eficazes para proteger as populações vulnerabilizadas.

Ações em nível local

Nesse sentido, promover a transição energética de combustíveis fósseis para energias limpas, por exemplo, deve ser um compromisso nacional. Mas é necessário também, em nível local, adaptarmos nossas cidades para conviver com riscos de desastres, dando especial atenção aos territórios historicamente marginalizados.

Os municípios têm sido convocados a elaborar Planos Locais de Ação Climática e Planos de Prevenção e Gestão de Risco. Mas é fundamental que sejam feitos com ampla participação da população, para a identificação dos riscos e das áreas mais críticas a receberem intervenções prioritárias. Atuar em várzeas

inundáveis e encostas sujeitas a deslizamentos, implementar sistemas de alerta e mobilização comunitária, incrementar a arborização urbana, as áreas verdes e permeáveis na cidade, reduzir a produção de lixo e aumentar a reciclagem são algumas das ações urgentes, em escala local, a serem priorizadas.

Mudanças de comportamento

É preciso, ainda, incentivar o comércio local, o caminhamento a pé, o uso da bicicleta e a melhoria do transporte coletivo para reduzir deslocamentos, emissões e a dependência do automóvel particular. É verdade que tudo isso depende de políticas públicas integradas, mas também de mudanças importantes nos nossos padrões de consumo e na forma como nos relacionamos com a natureza.

Os desafios são ainda maiores para os municípios de pequeno e médio porte (94% dos municípios do país) que, em geral, contam com recursos, informações e capacidade técnica insuficientes. Daí a importância de processos participativos para a identificação dos riscos locais, mas também de potenciais soluções, muitas delas presentes em práticas sociais e saberes tradicionais com frequência dispersos e invisibilizados no próprio território.

E como o clima, assim como a expansão urbana, não encontra barreiras nos limites municipais, é fundamental recuperarmos a bacia hidrográfica como escala de atuação no combate às mudanças climáticas. Neste sentido, soluções de prevenção e gestão de risco por meio da associação de municípios de uma mesma bacia, são altamente recomendáveis, inclusive para compartilhar custos.

Constru76o coletiva de solu76es

Na escala dos bairros, a ado76o de solu76es baseadas na natureza, como telhados verdes, jardins de chuva e pavimentos drenantes, disseminados em constru76es e ruas de uma mesma sub-bacia, podem reduzir de forma significativa as enxurradas que causam inunda76es.

Em 6ltima an6lise, ser6 necess6rio tamb6m que os munic6pios experimentem novos formatos de governan76a, envolvendo os diversos setores da gest6o municipal, do empresariado local e da sociedade civil, na constru76o coletiva de solu76es que incorporem iniciativas em curso, inova76es tecnol6gicas, mas tamb6m mudan76as de h6bitos, pr6ticas e valores que promovam transforma76o social e justi76a clim6tica.

Para enfrentar a crise clim6tica e proteger as popula76es vulner6veis, os munic6pios devem adotar uma abordagem integrada e participativa.

- Munic6pios devem elaborar Planos Locais de A76o Clim6tica, priorizando a76es de enfrentamento dos riscos clim6ticos que s6o espec6ficos de cada lugar.
- 6 preciso envolver setores p6blico, privado e a sociedade civil na escolha de a76es integradas que contribuam para a redu76o de emiss6es de gases de efeito estufa, mas tamb6m para a adapta76o da cidade e do campo para conviver com eventos extremos, cada vez mais frequentes.
- Distribuir melhor o volume de constru76es, mantendo quintais e jardins perme6veis e garantindo boa ventila76o e infiltra76o da 6gua de chuva no solo; criar parques, 6reas verdes e ciclovias, prover transporte coletivo bom e barato, melhorar as cal76adas, a arboriza76o, a seguran76a e a anima76o das ruas, com com6rcio e servi76os mais perto de casa, diminuindo a depend6ncia do autom6vel e a necessidade de deslocamentos para as necessidades cotidianas, melhorar a infraestrutura e as condi76es de moradia nos assentamentos prec6rios, eliminando riscos para os que mais sofrem com desastres, s6o algumas das medidas que o poder p6blico deve promover com o engajamento de todos.
- Incentivar o que j6 6 feito pela popula76o: consumo local e consciente, coleta seletiva e reciclagem, hortas urbanas e agroecologia, cuidados com rios e nascentes s6o algumas iniciativas sustent6veis que devem ser reconhecidas, valorizadas e ampliadas.



Autoria: Flora Tavares/Zara Rodrigues.

**RECUPERAR AS ÁGUAS
URBANAS EXIGE
COMPARTILHAR SABERES E
AÇÕES**

Roberto E. dos Santos

Silke Kapp

Chuvvas mais intensas a cada ano, enchentes devastadoras e estragos em toda parte – eis um cenário tão comum nas nossas cidades que tende a ser visto como algo inevitável. Porém, se revertermos nosso padrão de urbanização, as cidades podem, sim, conviver com suas águas pacificamente.

Então, como encaminhar alternativas? A resposta não está nas grandes obras de drenagem urbana, alheias ao debate público e a demandas sociais e ambientais. É preciso estender as instâncias de decisão e ação a todas as pessoas que habitam as bacias urbanizadas.

A própria estrutura em rede das bacias hidrográficas oferece a matriz espacial para essa democratização: uma bacia contém sub-bacias, que se dividem em microbacias, que, por sua vez, se subdividem em porções ainda menores. Tais porções, que denominamos circunstâncias, são áreas de contribuição facilmente reconhecidas na escala do cotidiano, nas quais a gestão coletiva das águas pode se basear.

Imaginemos um cenário em que essa organização local estivesse consolidada. As pessoas moradoras conhecem sua circunstância ‘como a palma da mão’. Sabem qual é sua posição relativa dentro da bacia maior, têm ideia do tipo de subsolo, das declividades, dos pontos críticos, do sistema viário, da forma de ocupação e dos cuidados que aquela circunstância exige.

Se estiverem numa parte alta da bacia, como um topo de morro, priorizam a infiltração para a recarga das nascentes. Se estiverem à meia encosta, entendem que cabe reter as águas para reduzir seu volume e sua velocidade em momentos de chuva. Se estiverem no fundo de vale,

vulnerável a inundações e deslizamentos, dão mais atenção a dispositivos de resiliência e às chamadas conexões de fundo de vale.

As características de cada circunstância e os respectivos grupos organizados seriam a base do manejo das águas urbanas. Cada circunstância teria relativa autonomia, ao mesmo tempo que estaria articulada às porções vizinhas e à rede mais ampla das águas e da cidade. Laços e alianças ‘circunstanciados’ facilitariam o debate, inclusive de interesses conflitantes.

A alternativa acima esboçada tem por premissa a ampliação do conhecimento acerca da dinâmica das águas, não no sentido da difusão de teorias científicas genéricas, e sim no de uma pedagogia de mão dupla que faça jus ao saber local.

Moradores conhecem mais que especialistas

São inúmeros os eventos hídricos circunstanciais que os moradores conhecem melhor do que qualquer especialista: as nascentes nos quintais, a mudança do córrego ao longo do tempo, a baixada em que as plantas crescem melhor, a encosta perigosa da vizinhança e assim por diante. Portanto, é preciso articular essas experiências concretas à perspectiva da hidrologia e do planejamento, e isso depende de canais de diálogo. Cabe aproximar os técnicos dos meandros do lugar real, e cabe aproximar os ditos ‘leigos’ de recursos técnicos.

Os nexos entre diferentes escalas, que naturalmente constituem as bacias hidrográficas, se estendem aí a nexos cognitivos, sociais e políticos entre pessoas e instituições que fazem nossas cidades.

O projeto Águas na Cidade, do Grupo MOM (UFMG) em parceria com escolas da rede pública de Belo Horizonte, deu início a essa empreitada em 2016. Produzindo interfaces físicas e digitais, ele tem sensibilizado estudantes, professores e outras pessoas interessadas. Mapas interativos, simulações, maquetes, vídeos de sobrevoos e medidas difusas de manejo se unem a memórias, acervos familiares, notícias de jornal e incursões em campo.

Da festa ao fórum político, ideias se aglutinam para ampliar o conhecimento de cada circunstância. O horizonte é a autonomia dos grupos locais e seu fortalecimento por políticas públicas.

Isso, no entanto, depende também da democratização das decisões sobre os recursos públicos. Os recursos que hoje se esvaem na construção de uma infraestrutura pouco sustentável deveriam se tornar objeto de gestão coletiva – assim como as águas.

A recuperação das águas urbanas e sua boa gestão dependem de um programa público amplo e contínuo de democratização de conhecimentos, decisões e ações, promovido a partir de cada vizinhança e articulado a instâncias mais abrangentes. Para isso é preciso:

- Construir coletivamente uma pedagogia das águas que evidencie sua dinâmica geral e o nexa entre suas diversas escalas: da grande bacia hidrográfica até a nascente ou o pequeno córrego da vizinhança.
- Partir de cada circunstância — subunidade microlocal da bacia — como espaço concreto de compreensão desse nexa, percepção dos problemas e mobilização por melhorias.
- Prover as escolas públicas de ensino fundamental, que são potenciais pólos de irradiação da pedagogia das águas, de recursos para a produção de material didático e a formação continuada de professores.
- Estimular que universidades e outras organizações produzam meios para a difusão de conhecimentos técnicos e a criação de instrumentos de diálogo, e formem assessorias e agentes comunitários.

BACIA DO ARRUDAS E FABRICAÇÃO DE DESASTRES CLIMÁTICOS

Letícia Clipes Garcia

O ciclo da água pode ser visualizado como uma história com início, meio e fim, através da escala da bacia hidrográfica. Um dos momentos desta história chama atenção pela gravidade com que afeta a rotina urbana: inundações e deslizamentos em períodos chuvosos. Ao depararmos com tais situações – cada vez mais frequentes e intensas – tendemos a considerar que a água está no lugar errado, “invadindo” nossas construções e nossas ruas.

O que vemos quando olhamos para uma inundação no meio da cidade é apenas o fragmento de um todo, a fração de uma história cujo cenário começa e termina numa bacia hidrográfica. Averiguar desastres de inundação sem olhar para o todo da bacia hidrográfica é como tentar compreender um filme assistindo apenas uma de suas várias cenas.

Ao estudar as ocorrências de desastres na bacia do Ribeirão Arrudas, em Belo Horizonte, entre os anos de 2012 e 2021, pesquisamos os registros de ocorrências das Defesas Civas dos municípios que a compõem, e notamos que a escala da bacia hidrográfica quase nunca é relacionada às ocorrências. Isto é, ao registrar esses eventos, a linha de frente de atendimento aos desastres nem sempre os mapeia nessa escala. Sem relacionar os desastres à sua bacia hidrográfica, essas ocorrências se tornam incompreensíveis – como a cena isolada de um filme.

Se não sabemos de onde vêm os desastres, como poderemos compreender seus motivos de acontecer? E se compreendermos que sua razão de acontecer é a in consequência de muitos gestores ao longo dos anos, tomando decisões equivocadas para as cidades? Que sua razão de acontecer não é simplesmente natural?

Compreenderemos que os desastres, afinal, são fabricados (como já destacou o teórico alemão Ulrich Beck em suas reflexões sobre sociedade e riscos nos anos 1990).

As avenidas que tapam rios e córregos ao longo de toda bacia do Ribeirão Arrudas, por exemplo, além de ocupar a calha dos cursos d’água, promovem o adensamento de várzeas: áreas forjadas geologicamente para inundar em períodos de cheia. E não que seja um acidente as cidades estarem próximas dos cursos d’água – sua localização geralmente é fruto dessa proximidade.

A dinâmica hídrica já existia antes de a cidade ser edificada; ainda assim, prefeitos, governadores e legisladores ao longo do séc. XX ignoraram o fato de que não é eficiente gerir a dinâmica hídrica por divisas municipais. A bacia do Arrudas nos ensina que, para lidar com os fluxos intensos de chuvas e suas consequências devastadoras nas cidades, é preciso encarar o cenário completo deste evento – cenário que não se encerra no limite do município ou do estado, mas na bacia hidrográfica, como indica a própria Política Nacional de Proteção e Defesa Civil do Brasil, através da Lei Federal 12.608/2012.

Enquanto não encararmos o contexto completo e não apenas eventos isolados, não teremos condições de compreender a devastação causada pelos altos volumes de água. As inundações e deslizamentos são consequências de ações anteriores, como a impermeabilização excessiva do solo, o confinamento de cursos d’água, e o aumento da intensidade das chuvas devido às mudanças climáticas. Essas ações demonstram que os desastres são fabricados, e é a análise na escala da bacia

hidrográfica que permite a compreensão desse panorama

O entendimento dos desastres em seu cenário, sua bacia hidrográfica, é fundamental para interrompermos a fabricação de tragédias relacionadas às

chuvas – que não surgem do nada, mas sim representam o desfecho de anos e anos de intervenções inconsequentes num território cuja dinâmica hídrica está dada desde muito antes de chegarmos aqui.

Como melhorar a gestão de desastres a partir da escala da bacia hidrográfica?

- Ao armazenar os dados das ocorrências atendidas, que as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMPDEC) registrem a bacia e sub-bacia hidrográfica nas quais se deu cada evento.
- Padronização da metodologia de registro de ocorrências pelas Defesas Civas de cada município, para melhor análise de dados equivalentes de diferentes cidades.
- Agrupamento dos registros de ocorrências das COMPDEC pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, para organização dos dados por bacias hidrográficas em seus vários níveis.
- Elaboração de planos de contingência e de gestão de riscos de desastres que tenham como unidade de ação a bacia ou suas sub-bacias hidrográficas, dentro de um mesmo município ou em áreas limítrofes a dois ou mais municípios.
- Quando da divulgação de ocorrências de desastres, por agentes públicos ou da mídia, publicizar a bacia hidrográfica na qual se deu a ocorrência, para progressiva familiarização do público com a escala da bacia.

A TRAMA VERDE E AZUL:

do planejamento à vida cotidiana

Lina Formoso Ribeiro da Silva

Rogério Palhares Zschaber de Araújo

Ao longo da história moderna, sociedade e natureza foram se apartando, ao ponto de se tornarem opostas. Mesmo em cidades planejadas, a natureza aparece de forma reduzida, quando muito em áreas verdes, praças e parques delimitados e desconectados entre si e da vida cotidiana dos cidadãos. É como se bastasse proteger fragmentos de natureza para justificar a destruição de todo o resto. No cenário atual de intensa urbanização, degradação ambiental e crise climática, essas práticas já não se sustentam. Trazer a natureza de volta para as cidades torna-se, portanto, um desafio para o campo do planejamento urbano.

Na região metropolitana de Belo Horizonte, uma inovadora experiência de planejamento participativo introduziu a Trama Verde e Azul (TVA), de inspiração francesa, como uma estratégia de organização do território metropolitano. A ideia foi conectar parques e áreas verdes existentes por meio dos rios, córregos, lagoas e cachoeiras, integrando áreas urbanas e rurais dos seus 34 municípios, por meio de corredores ecológicos para promover a biodiversidade e melhorar a qualidade de vida.

Incorporada ao **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)*** e ao Macrozoneamento (MZ) da Grande BH, desenvolvidos entre os anos de 2009 e 2015, a TVA mineira ampliou-se, incorporando outras cores que vão além do verde das matas e do azul das águas e articulando elementos que tradicionalmente se opõem à simples preservação, como zonas minerárias, zonas industriais, áreas centrais e periferias, eixos viários de desenvolvimento econômico, polos de logística, práticas agroecológicas e modos alternativos de mobilidade ativa.

Ainda que o PDDI e o MZ não tenham virado lei, essa ideia tem sido replicada em Planos Diretores Municipais, levando para a TVA áreas degradadas pela mineração a serem recuperadas, experiências de cultivo agroflorestal e ecológico a serem ampliadas, expressões culturais e atividades de turismo de base comunitária a serem valorizadas, reaproximando pessoas e natureza, no campo e na cidade.

Mas o desafio da transformação é grande, e a Trama, seja verde e azul ou multicolorida, há que ser tecida fio a fio e em diversas escalas. As redes de infraestrutura urbana, as técnicas de manejo do solo e de construção das edificações também precisam se reconectar aos ciclos da natureza para reduzir impactos ambientais e promover a transformação socioecológica.

Enquanto iniciativa institucional, a TVA pode parecer utópica e distante da vida cotidiana. Mas, à medida que se concretiza e os benefícios aparecem, ganha a simpatia e a adesão da população, seja por mais oportunidades de lazer e recreação perto de casa, pelo resgate da relação com a paisagem e com a identidade cultural dos lugares metropolitanos, do contato direto com a água e o verde no dia a dia, clima mais ameno, redução de riscos de desastres, acesso a alimentos mais saudáveis e formas de produção e consumo mais sustentáveis.

Neste ano de 2024, o PDDI se encontra em processo de revisão, devendo seguir para aprovação na Assembleia Legislativa. Contudo, para avançarmos com instrumentos de planejamento que deem conta de captar todo o potencial da TVA, é necessário incorporar práticas sociais já existentes no território.

* Palavras grifadas encontram-se no Glossário ao final da publicação

Por isso, além da participação de técnicos e políticos, há que se garantir a ampla participação dos cidadãos e a colaboração comprometida dos governos estadual, municipal e federal.

Caso essas dimensões não sejam devidamente integradas, corremos o risco de ver, mais uma vez, a TVA ficar como uma boa ideia que desbota e não sai do papel.

Para tornar a Trama Verde e Azul uma realidade que transforma a vida urbana, é essencial atuar de forma ativa e comprometida.

- Para formar a Trama Verde e Azul é preciso manter rios e córregos em leito natural, proteger suas margens vegetadas e usá-las para conectar áreas verdes, parques, reservas e florestas.
- Áreas degradadas pela mineração devem ser recuperadas e integradas à Trama, juntamente com lugares de encontro, de beleza cênica e valor cultural como serras e sítios históricos.
- Nada pode interromper a Trama de atravessar cidades e campos, ultrapassando áreas públicas e privadas, limites municipais e regiões.
- E quando ela agrega usos sustentáveis como hortas urbanas, áreas de cultivo agroecológico, infraestrutura verde, ar puro, habitação boa e barata, água limpa e esgotos tratados, resíduos reciclados e experiências de participação popular, por exemplo, vai, aos poucos, adquirindo novas cores, tornando-se multicolorida e permeando o dia-a-dia com bem-estar e esperança em dias melhores para todos.

EIXO
SANEAMENTO BÁSICO
E MEIO AMBIENTE

RIO ABAIXO NÃO MORA O INIMIGO

Margarete Leta

Tiago Castelo Branco Lourenço

Se você mora em um grande centro urbano, é provável que desconheça o destino das águas que circulam por sua casa para alimentar banheiros, cozinhas e lavanderias. Para onde e como seguem após descartadas, transportando sua carga de gorduras, detergentes e coliformes fecais?

Talvez você também não saiba como e onde é manejado o lixo que você produz ou mesmo para onde vão as águas das chuvas, cujo acesso ao solo, seu reservatório natural, está bloqueado por pavimentações.

Na melhor hipótese, o esgoto de nossas casas não é lançado *in natura* em um curso d'água, segue em tubulações e interceptores até uma estação de tratamento. Já o nosso lixo, vai para um aterro sanitário; e águas pluviais não infiltradas correm rio abaixo e são, eventualmente, interceptadas por uma grande estrutura de drenagem.

Todo esse percurso, desde os pontos de geração até os locais de acomodação, impacta várias porções do território. Em Belo Horizonte, por exemplo, dejetos de moradias próximas à divisa com Contagem percorrem aproximadamente 20 quilômetros ao longo de interceptores às margens do Ribeirão Arrudas até as proximidades da divisa com Sabará, rio abaixo.

Os investimentos públicos já feitos não equacionam os problemas urbanos. Lá se juntam, em uma estação de tratamento, à contribuição de um milhão de outros cidadãos. Imagine morar nas vizinhanças de uma estrutura dessas!

Esse é o modelo de gestão das modernas metrópoles brasileiras. Exportamos nossos excedentes “não úteis” e os concentramos em grandes estruturas,

piscinões para amortecimento de cheias, (mega)aterros sanitários ou unidades de tratamento de lixo e entulho, (mega) estações de tratamento de esgoto ou de captação e tratamento de águas.

Os significativos investimentos públicos já feitos não equacionam os problemas urbanos. Na realidade, frequentemente, os acentuam, geram novos ou simplesmente os transferem para longe de nossos olhos. Além disso, frequentemente tais estruturas são instaladas na vizinhança das populações trabalhadoras pobres das nossas cidades.

Não exportar problemas

É possível acomodar os subprodutos da nossa atividade cotidiana nos próprios locais de sua geração? Como manejá-los localmente, minimizando ou mesmo neutralizando seus impactos negativos e, sobretudo, não os transferindo rio abaixo?

Significaria reduzir a dependência de sistemas de gestão urbana centralizados e apostar na gestão por micro unidades hidrográficas, as chamadas microbacias. Essas são escalas apreensíveis e operáveis por grupos sócio-espaciais cujas ações afetam diretamente território e vida cotidiana.

Com aporte de recursos públicos, a autogestão articularia saberes locais e técnicos, sobretudo para reconhecer a capacidade de suporte oferecida pelo território à acomodação dos impactos negativos aí gerados.

O conhecimento de sistemas alternativos em escalas proporcionais a microbacias, em substituição aos grandes complexos, pode se revelar insuficiente num primeiro momento, sobretudo no caso de sistemas de saneamento. A

gestão urbana hegemônica inibe a investigação, experimentação e aperfeiçoamento de soluções baseadas em outros pressupostos.

Para dissipar incertezas quanto às suas condições de aplicabilidade, sistemas alternativos poderiam ser aplicados em escala experimental. Por que recolhemos em um mesmo sistema as águas de pias, chuveiros e vasos sanitários, se sabão e detergentes exigem tratamentos distintos daqueles utilizados para eliminar coliformes fecais?

Destiná-las e tratá-las em um único sistema amplia o problema. Nesse caso, a

individualização dos sistemas domésticos e o tratamento independente dos esgotos poderiam ser testados para um pequeno agrupamento de moradias, avaliando-se as implicações e comparando-as aos sistemas atualmente empregados.

Experimentações como essa teriam como princípio “não exportar problemas”, pressuposto que dá título a este artigo e que remete à defesa do geólogo e professor Edézio Teixeira de Carvalho aos assentamentos geossuportados, ou seja, aqueles em observância à capacidade de suporte oferecida pela plataforma geológica.

O modelo de gestão das metrôpoles brasileiras é baseado na concentração dos subprodutos da atividade humana em grandes estruturas que impactam social e ambientalmente as porções do território onde são instaladas, frequentemente áreas ocupadas por populações trabalhadoras pobres. Exemplos dessas estruturas que recebem nossos excedentes “não úteis” são as ETEs – Estações de Tratamento de Efluentes; e os aterros sanitários ou aterros de inertes.

- A proposta é de descentralização das unidades de manejo e tratamento dos resíduos urbanos e dos efluentes domésticos, circunscrevendo-as à escala de microbacias hidrográficas. Não exportar problemas, mas sim acomodá-los e neutralizar seus efeitos danosos nos próprios locais de sua geração.
- Tal proposta implica na formulação de políticas públicas que estimulem a investigação e implantação de unidades de saneamento em escalas compatíveis à capacidade de suporte de cada território e à capacidade autogestionária dos grupos socioespaciais aí presentes.



Autoria: Flora Tavares/Zara Rodrigues.

**SOBRE OS/AS
AUTORES/AS**

André Veloso

É doutor em economia pela UFMG, ativista na mobilidade urbana e colaborador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Ana Marcela Ardila Pinto

É professora do Departamento de Sociologia da FAFICH/UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Ana Isabel de Sá

É arquiteta urbanista, professora do IFMG – Santa Luzia e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Bárbara Abreu Matos

É professora do Departamento de Engenharia Urbana da UFOP e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Carolina Ferreira

É mestranda em arquitetura e urbanismo na UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Carina Castro

É doutoranda em arquitetura e urbanismo na UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Clarissa Campos

É professora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Daniel Freitas

É professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Henrique Dias Porto

É mestrando em arquitetura e urbanismo na UFMG e colaborador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

João Tonucci

É professor do Cedeplar/FACE/UFMG e pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

João Vítor Leite Rodrigues

É economista, doutorando em arquitetura e urbanismo na UFMG e pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Julia Birchal Domingues

É arquiteta urbanista, mestre em planejamento urbano e regional (IPPUR/UFRJ) e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Juliana Luquez

É professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Junia Cambraia Mortimer

É professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Junia Ferrari

É professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Jupira Mendonça

É professora do Núcleo de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Letícia Clipes Garcia

É mestre em arquitetura e urbanismo pela UFMG e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Lina Formoso Ribeiro da Silva

É mestranda em arquitetura e urbanismo na UFMG e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Luciana Andrade

É cientista social, professora na Puc-Minas e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Marcela Silviano Brandão Lopes

É professora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Margarete Leta

É professora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Mariana Ramos Borges

É arquiteta urbanista, mestranda em administração pública na Fundação João Pinheiro e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Marina Sanders Paolinelli

É doutora em arquitetura e urbanismo pela UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Natália Aguiar Mol

É professora do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Renato Fontes

É assistente social, doutor em ciências sociais pela PUC Minas e pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Roberto E. dos Santos

É professor do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG e colaborador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Rogério Palhares de Araújo

É professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Silke Kapp

É professora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG e colaboradora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Thiago Canettieri

É professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

Tiago Castelo Branco Lourenço

É professor do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG e colaborador do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEIS 2	Áreas Especiais de Interesse Social 2
ATHIS	Assessorias Técnicas para Habitação de Interesse Social
BH	Belo Horizonte
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CMP	Central de Movimentos Populares
CMPU	Conferências Municipais de Política Urbana
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
Deurb	Departamento de Engenharia Urbana
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FJP-MG	Fundação João Pinheiro de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR/UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITDP	Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
LAB-URB	Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais
LP-AAT	Linha Programática de Assistência e Assessoria Técnica
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MZ	Macrozoneamento
Núcleo RMBH	Núcleo da Região Metropolitana de Belo Horizonte
ONGs	Organizações Não Governamentais
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
OMS	Organização Mundial de Saúde
OP	Orçamento Participativo
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPPs	Parcerias Público-Privadas
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PSD	Partido Social Democrático
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TRF6	Tribunal Regional Federal da 6ª Região
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UF	Unidade Federativa
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
TVA	Trama Verde e Azul
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

GLOSSÁRIO

Área de Especial Interesse Social 2 (AEIS 2)

Áreas urbanas delimitadas no Plano Diretor de Belo Horizonte (2019) referentes a Loteamentos, Cooperativas Habitacionais e Ocupações Organizadas.

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

Processo judicial utilizado para contestar a constitucionalidade de uma lei ou de um artigo específico de uma lei.

Agência de Desenvolvimento Metropolitano

Entidade responsável pelo planejamento e gestão da região metropolitana, liderando o Conselho Deliberativo.

Anistia de Imóveis

Medida legal que regulariza construções feitas sem autorização ou fora das normas, perdoando infrações e permitindo a legalização das propriedades.

Assembleia Metropolitana

Órgão que reúne os prefeitos da região metropolitana para discussões e deliberações sobre questões regionais.

Conselho Deliberativo

Órgão composto por representantes de diversos setores, incluindo a sociedade civil, responsável por discutir e decidir sobre as políticas metropolitanas.

Direito à cidade

Conceito que envolve o acesso equitativo aos recursos urbanos, participação democrática na gestão urbana e luta contra exclusões sociais e territoriais.

Efeito barreira

Fenômeno em que vias de alta velocidade e grandes rodovias segregam áreas urbanas, dificultando a circulação e a integração social.

Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001)

Legislação brasileira que regulamenta a política urbana e estabelece diretrizes para a ordenação e o desenvolvimento das cidades, com foco na função social da propriedade e da cidade.

Função social da propriedade

Princípio que estipula que a propriedade deve atender a um fim social, contribuindo para o bem-estar coletivo e não apenas para interesses individuais.

Grilagem

Prática ilegal de apropriação de terras públicas ou privadas por meio da falsificação de documentos para legitimar a posse.

Locação social

Modalidade de habitação de interesse social que promove o acesso à moradia através de unidades de aluguel subsidiadas pelo poder público.

Ocupações urbanas

Movimentos sociais que ocupam espaços urbanos vazios ou abandonados, buscando moradia digna e questionando a lógica da propriedade privada.

Operações Urbanas

Intervenções urbanísticas de grande escala que visam requalificar áreas urbanas e promover o desenvolvimento econômico.

Orçamento Participativo

Processo de decisão democrática onde os cidadãos participam diretamente da elaboração e execução do orçamento público.

Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)

Instrumento urbanístico que permite a construção acima dos limites estabelecidos pelo Plano Diretor mediante pagamento de contrapartida financeira ao município.

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Acordos entre o setor público e empresas privadas para a realização de projetos e serviços de interesse público.

Passe livre

Direito de utilizar o transporte público sem pagar tarifa, geralmente garantido por políticas públicas.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)

Plano que orienta o desenvolvimento da região metropolitana, abordando temas como habitação, transporte e saneamento.

Plano Metropolitanano e o Macrozoneamento

Documentos que definem diretrizes e estratégias para o desenvolvimento da região metropolitana, incluindo a distribuição espacial das atividades e a proteção de áreas de interesse.

Receitas Tributárias

Recursos obtidos através da cobrança de impostos, taxas e contribuições.

Regularização Fundiária

Processo de legalização de ocupações de terras tidas como irregulares, garantindo a posse e o direito à propriedade para moradores de áreas informais.

Retrofit

Atualização tecnológica e funcional de edifícios antigos para torná-los mais eficientes e adequados às novas necessidades, frequentemente parte de programas de requalificação urbana.

Sinistro de trânsito

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, (Lei Federal nº 14.599/202) um “sinistro de trânsito” é qualquer evento envolvendo veículos em movimento que resulte em danos materiais, lesões a pessoas ou animais, e que cause prejuízo ao trânsito, à via ou ao meio ambiente.

Superávits fiscais

Surge quando, ao final de um período, se verifica que os gastos foram menores do que a receita. Caso contrário registra-se déficit.

Tarifa zero

Política de transporte público onde o uso dos ônibus é gratuito para os passageiros.

ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social)

Áreas urbanas destinadas à implementação de políticas habitacionais e regularização fundiária.



A presente publicação reúne extenso e diversificado conjunto de textos na forma de *Cadernos de Propostas* elaborados pelas pesquisadoras e pesquisadores que integram os 18 Núcleos do INCT Observatório das Metrôpoles. A intenção é que a publicação e circulação desta coletânea possam subsidiar os debates eleitorais e influenciar os atores da sociedade, do sistema político engajados no compromisso de construir alternativas à aguda crise urbana ameaçadora da reprodução da vida biológica, social, individual e coletiva, como ficou tão fortemente evidenciado no mais recente evento do ciclo recorrente de desastres que assolam as nossas cidades e metrôpoles.

LETRAPITAL

